



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Ana Inácia da Silva Gonçalves

RELATÓRIO FINAL DE PRÁTICA DE ENSINO
SUPERVISIONADA

Um contributo para a didática da História Local: exploradores vianenses na
colonização do Brasil

Mestrado em 1º e 2º ciclos do Ensino Básico

Trabalho efetuado sob a orientação do
Doutor Professor Henrique Rodrigues

julho de 2018

Por questões relativas a software, optámos por numerar em algarismos árabes, desde o início do texto, tendo tido acordo do orientador, Prof. Doutor Henrique Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste relatório não teria sido possível sem a colaboração, incentivo e empenho de diversas pessoas. Por este facto, quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para que esta tarefa se tornasse uma realidade.

Em primeiro lugar, ao **Doutor Henrique Rodrigues**, pelo estímulo e dedicação. Como orientador foi o expoente máximo, o seu sentido de humor e o seu otimismo nunca deixaram de estar presentes, mesmo nos momentos mais difíceis. A paciência nos dias de incerteza e indecisão. A sua disponibilidade incondicional, a sua forma exigente, crítica e criativa de arguir as ideias, facilitaram o alcance dos objetivos propostos neste projeto. Agradeço, ainda, a liberdade de ação que me permitiu, que foi decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal.

À **Professora Isabel Vale**, coordenadora do Mestrado, agradeço a disponibilidade, o conforto e amizade que mostrou ter em todo o percurso. A atenção que prestou às conversas e desabaços, os conselhos, a palavra amiga, foram os alicerces desta última fase da atividade académica.

Aos **Professores Cooperantes da PES II**, a importância dos conselhos e críticas construtivas debatidas após as intervenções, que muito contribuíram para uma autorreflexão, relevante para o seguimento do relatório.

À **Professora Paula Miranda**, diretora da turma do 5.º ano, a melhor pessoa que conheci em toda a minha vida. Agradeço-lhe, primeiro, pelo carinho e amizade, por me inculcar a importância do otimismo, por me ajudar a descobrir-me e a combater os medos. Em segundo, pela confiança que depositou em mim enquanto estagiária, pela colaboração, pelos conselhos e incentivo, pelos elogios e proteção.

Aos **alunos da turma do 5.º ano**, pela colaboração em todas as intervenções e pela percepção da importância da mesma. A amizade, carinho e cumplicidade que sempre tiveram, reflexo da excelente pessoa e profissional que os acompanha como diretora de turma.

Aos **meus colegas de curso**, pela amizade e companheirismo. Principalmente à amiga e colega Rita Sousa pela incansável motivação e pelos conselhos antecipados.

Aos **meus amigos**, pela amizade e amabilidade de todos os momentos. As conversas, os conselhos, a compreensão, tudo contribuiu favoravelmente para a finalização desta etapa.

Ao **meu PAI e à minha MÃE**, a quem devo maior gratidão porque sem eles nada disto teria sido possível, agradeço, antes de mais, a oportunidade que me deram de realizar mais um sonho, o esforço, a atenção, o orgulho, a confiança e o amor incondicional.

Ao **Duarte Lameira**, pelo carinho e ânimo. Um amigo de todas as horas, compreensivo e companheiro.

Ao meu filhote, **João Duarte**, que encorajou e motivou a mamã a fechar este ciclo, pelo simples facto de existir.

A todos, o meu MUITO OBRIGADA.

RESUMO

O Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico confere habilitação profissional para a docência, de acordo com o novo regime Jurídico de Habilitação para a Docência (DL 43/2007, de 22 de fevereiro). A Prática de Ensino Supervisionada é a unidade curricular que assegura a eficiência do futuro docente e, por isso, este deve estar predisposto para aceitar qualquer desafio em prol do público-alvo. O relatório final é o primeiro desafio do futuro professor, que consiste em investigar uma determinada problemática e contribuir significativamente para a área em questão. História e Geografia de Portugal é a área que irá contar com mais um contributo, no sentido de melhorar a qualidade do ensino. O estudo pretende, essencialmente, facilitar a compreensão dos alunos no conteúdo em questão, recorrendo a atividades, desafios, jogos, produções dos próprios alunos, conhecimentos prévios e interesses.

O processo de ensino-aprendizagem sofreu algumas alterações ao longo dos anos, contudo, só a vontade do docente torna possível essa mudança. Para que o trabalho e prestação sejam expostos a uma autoavaliação, o docente deve ser crítico e reflexivo. A interrogação constante é uma mais-valia para a evolução deste processo. Nesse sentido, surgiram algumas questões que orientaram a estrutura da investigação:

a) O que sabem os alunos acerca da colonização portuguesa no Brasil? b) Os alunos conhecem a história local (nomeadamente acerca da participação vianense na colonização do Brasil? c) Qual a melhor forma de tornar esse conhecimento mais compreensível para os alunos? d) Como trabalhar a didática em sala de aula e utilizá-la para expor o tema em questão?

A investigação seguiu, assim, o método quantitativo, sendo a amostra composta por 23 participantes de ambos os sexos e idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos. O inquérito surgiu como instrumento de recolha de dados e foi aplicado em ambiente sala de aula, numa turma do 5.º ano de escolaridade. A análise dos resultados realizou-se mais tarde com o intuito de avaliar o conhecimento dos alunos acerca da Participação Vianense na colonização do Brasil. Outros assuntos de relevante importância, como a didática, a visita de estudo e os manuais escolares, são relatados de modo a que o leitor entenda como este tema deve ser explorado na sala de aula ou fora dela.

Neste estudo são apresentadas duas planificações de aula implementadas à turma com o objetivo de estudar a história local como mediação da história nacional e a relação entre elas (se existir). Para motivar os alunos foram usados alguns métodos, atividades, desafios que envolviam as produções dos próprios alunos. As ligações criadas com a história local foram evidentes, o interesse e curiosidade resultaram em ação, pesquisas, conversas em casa, transmissão de saberes, visitas locais, requisição de livros e revistas na biblioteca municipal.

De tudo o que foi feito permanece a consolação de ver crianças interessadas por interpretar melhor o que as rodeia e a convicção de que mais tarde, compreendendo melhor Viana do Castelo, compreenderão melhor a História.

Palavras-chave: Ensino, história local, didática, colonização, Brasil.

ABSTRACT

The Master of Education 1 and 2 of Basic Education Cycles provides professional qualification for teaching, according to the new legal regime for the Teaching Qualification (DL 43/2007 of 22nd February). The Supervised Teaching Practice is the course that ensures the efficiency of future teachers and, therefore, it must be predisposed to accept any challenge for the public that it is intended. The final report is the first challenge of the future teacher, who investigates a particular problem area and contributes significantly to the area in question. History and Geography of Portugal is the area that will have a further contribution, to improve the quality of education. The study pretends, essentially, to facilitate students' understanding of the content in question, using activities, challenges, games, students' own productions, prior knowledge and interests.

The teaching-learning process has undergone some changes over the years, however, only the will of the teacher enables this change. So that the work and the provision are exposed to a self-assessment, the teacher should be critical and reflective. The constant question is extremely important for the evolution of the process. In this sense, there were some questions that guided the investigation of the structure: a) What do the students know about the Portuguese colonization in Brazil? b) Students know the local history (particularly the Vianense participation in the colonization of Brazil? c) What is the best way to make this more understandable knowledge to students? d) How to work the didactic in the classroom and use it to expose the issue at hand?

The investigation followed the quantitative method. The sample is composed of 23 participants of both sexes and aged between 11 and 13 years. The investigation came as a data collection tool and has been applied in the classroom environment, a class of 5th grade. The results held later in order to assess students' knowledge about the Vianense involvement in the colonization of Brazil. Other matters of great importance, such as teaching, the study visit and textbooks, are reported so that the reader understand how this issue should be explored in the classroom or outside.

In the present study we report two lesson plans implemented to the class in order to study the local history as mediation of national history and the relationship between them (if any). To motivate students were used some methods, activities, challenges involving the productions of the students themselves. The connections created with local history were evident, interest and curiosity resulted in action, research, conversations at home, transmission of knowledge, site visits, request books and magazines in the municipal library.

From all that has been done remains the joy of seeing children interested in understand their surroundings, which allows a better understanding of history.

Keywords: Education, local story, learning, colonization, Brazil.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
ABSTRACT	7
ÍNDICE GERAL	9
ÍNDICE DE TABELAS	11
ÍNDICE DE GRÁFICOS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	13
PARTE I – ENQUADRAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA II	14
CAPÍTULO I – O CONTEXTO EDUCATIVO E A TURMA	15
I.1- NOTA INTRODUTÓRIA	16
I.2- CARACTERIZAÇÃO DO MEIO E DA TURMA	16
CAPÍTULO II – REFLEXÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM NAS QUATRO ÁREAS	18
II.1- NOTA INTRODUTÓRIA	19
II.2- LÍNGUA PORTUGUESA	19
II.3- MATEMÁTICA	20
II.4- CIÊNCIAS DA NATUREZA	21
II.5- HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL	23
II.6- TEMA ESCOLHIDO PARA A INVESTIGAÇÃO	24
PARTE II – O TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO	26
CAPÍTULO I – ESTADO DA ARTE: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	27
I.1- NOTA INTRODUTÓRIA	28
I.2- O ENSINO DA HISTÓRIA	28
I.3- DIDÁTICA DA HISTÓRIA	31
I.4- A HISTÓRIA LOCAL COMO MEDIAÇÃO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA.....	33
I.5- A VISITA DE ESTUDO	35

CAPÍTULO II – METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	38
II.1- NOTA INTRODUTÓRIA	39
II.2- METODOLOGIA ADOTADA	40
II.3- ORIENTAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO	41
II.4- OBJETIVOS DO ESTUDO	42
II.5- QUESTÕES ORIENTADORAS DA INVESTIGAÇÃO	43
II.6- MAPA DA INVESTIGAÇÃO	43
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO DOS DADOS	46
III.1- NOTA INTRODUTÓRIA	47
III.2- O INQUÉRITO	47
III.3- O IMPÉRIO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI	63
III.4- A PARTICIPAÇÃO VIANENSE NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL	67
CAPÍTULO IV – EXEMPLO DE UMA AULA	71
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO	80
V.I- PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO	81
V.II- REFLEXÃO GLOBAL	82
PARTE III – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXOS	92
ANEXO 1 – PLANIFICAÇÕES ESCOLHIDAS PARA AS REFLEXÕES	93
ANEXO 2 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À DIREÇÃO DA ESCOLA	119
ANEXO 3 – INQUÉRITO PREENCHIDO PELA TURMA	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Calendarização das fases de estudo

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porque gostam os alunos da escola?

Gráfico 2 – Frequência no ensino pré-escolar.

Gráfico 3 – Conteúdo programático preferido.

Gráfico 4 – Onde costumam ler os alunos.

Gráfico 5 – Quando estudam os alunos.

Gráfico 6 – As conversas dos alunos sobre a escola, em casa.

Gráfico 7 – Nomes ligados à expansão marítima portuguesa.

Gráfico 8 – Constituição dos Arquipélagos.

Gráfico 9 – Os produtos cultivados no Arquipélago da Madeira, na época da expansão.

Gráfico 10 – Os produtos cultivados no Arquipélago dos Açores, na época da expansão.

Gráfico 11 – O que entendes por colonização?

Gráfico 12 – Continentes explorados e conquistados pelos portugueses.

Gráfico 13 – Produtos existentes em África.

Gráfico 14 – Principais pontos de embarque para o Brasil.

Gráfico 15 – Estátuas ou bustos que podemos encontrar em Viana do Castelo.

LISTA DE ABREVIATURAS

DL – Decreto-Lei

PPEB – Programa de Português do Ensino Básico

CEL – Conhecimento Explícito da Língua

PES I – Prática de Ensino Supervisionada I

PES II – Prática de Ensino Supervisionada II

HGP – História e Geografia de Portugal

1.º CEB – 1.º Ciclo do Ensino Básico

2.º CEB – 2.º Ciclo do Ensino Básico

PARTE I

ENQUADRAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA II

CAPÍTULO I

O CONTEXTO EDUCATIVO E A TURMA

I.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A abordagem ao contexto educativo é indispensável em qualquer trabalho de investigação, mas neste ainda mais, sendo que o desafio é conseguir a transferência da cultura do património local para o meio escolar. Diz-se que o contexto educa mais do que o texto, sobretudo quando se parte de contextos significativos.¹ Para além de tudo, um estabelecimento de ensino é influenciado pelo meio que o rodeia.

Este capítulo descreve o contexto onde foi desenvolvido o estudo. Inicialmente será descrito o meio onde foi desenvolvida a PES II e, por fim, apresenta-se a caracterização da turma.

I.2. CARATERIZAÇÃO DO MEIO E DA TURMA

O estabelecimento de ensino que abriu portas à realização da Prática de Ensino Supervisionada II e, conseqüentemente, ao trabalho de investigação, situa-se no concelho de Viana do Castelo. O meio envolvente caracteriza-se como rural e piscatório e, em menor número, com afluentes industriais. Hoje em dia, a população segue o exemplo dos seus conterrâneos em tempos passados e parte em busca de melhores condições de vida no estrangeiro. As habilitações literárias dos pais dos alunos que frequentam a escola correspondem, maioritariamente, ao 4.º e 6.º ano. Importa, ainda, referir que mais de metade dos encarregados de educação tem empregos diretamente relacionados ao setor secundário e terciário. Os alunos da referida escola não possuem famílias numerosas, ressalte-se que cerca de 30 por cento dos estudantes beneficiam de Ação Social Escolar.

O grupo de alunos que contribuiu para o desenvolvimento da PES II e para a presente investigação frequenta o 5.º ano do Ensino Básico de uma Escola Básica e Integrada, do concelho de Viana do Castelo. A turma é constituída por vinte e três alunos, doze raparigas e onze rapazes.

¹ SEBARROJA, Jaime C. – *A Aventura de Inovar – A mudança na escola*. Porto: Porto Editora, 2001.p.119

Os encarregados de educação da turma apresentam, em grande maioria, níveis de escolaridade entre o 5.º e o 12.º ano, havendo apenas quatro casos com estudos superiores. A residência dos alunos situa-se, globalmente, no meio circundante à escola, ou seja, num espaço que se assume como rural e piscatório.

Uma grande percentagem dos alunos apresenta bons resultados a nível do desempenho académico, quer no domínio da escrita, quer na produção oral. Os alunos são bastante participativos, empenhados, ansiosos por aprender sempre mais. É notório o interesse pela escola e atividades que nela se desenvolvem, assim como na turma e na comunidade. Existem apenas quatro alunos que revelam dificuldades acrescidas na aprendizagem, que advém da inexistência de hábitos de estudo, segundo o que foi possível constatar junto de fontes consistentes. No entanto, é possível verificar um número superior de alunos com resultados excelentes a todos os níveis.

No que diz respeito à postura em sala de aula os estudantes têm um comportamento exemplar; o respeito pelo professor e pelos colegas é evidente. Mais do que colegas, os alunos relacionam-se como amigos, prevalecendo o espírito de entreatajuda, a solidariedade e afeição.

CAPÍTULO II

**REFLEXÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM NAS ÁREAS
QUE INTEGRAM A PES II**

II.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Prática de Ensino Supervisionada concernente ao 2.º Ciclo do Ensino Básico teve a duração de doze semanas e foi promovida nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e História e Geografia de Portugal. Tendo sido dada cada vez maior importância à formação de professores reflexivos, não só enquanto investigadores mas também como professores ativos na sua profissão, seria indispensável refletir sobre cada área lecionada. Nesse sentido serão apresentadas quatro reflexões de aula, uma de cada área disciplinar. Em cada reflexão estará patente a justificação da escolha da aula, estratégias pedagógicas utilizadas, pontos fortes e pontos fracos, obstáculos, relação professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno. As planificações referentes às reflexões podem ser consultadas em anexo.

II.2. LÍNGUA PORTUGUESA

A área do saber que estuda a nossa língua materna apresenta um leque de conteúdos, publicados nos Novos Programas de Português (PPEB), que devem ser explorados de acordo com as metas de aprendizagem (estratégia global de desenvolvimento do Currículo Nacional). As situações de aprendizagem/ atividades, previamente planeadas, foram desenvolvidas no sentido de proporcionar um ambiente favorável às aprendizagens dos alunos.

A seleção desta aula, alvo de relato neste relatório, deve-se ao facto de ter sido supervisionada, não tendo sido apontadas críticas relevantes. Na aula foi analisado o texto informativo em ligação com o narrativo e em articulação com a disciplina de Ciências da Natureza. Inicialmente foi promovido um diálogo de modo a que os alunos expusessem as suas ideias relativamente a este tipo de texto narrativo (lenda). As pré-concepções foram registadas no quadro para que, no decorrer da aula, os alunos partissem para a desmistificação das mesmas.

Nesta aula imprimi um bom ritmo de trabalho, defini o tempo que os alunos dispunham em cada atividade, de modo a não surgirem momentos mortos. Enquanto os alunos resolveram alguns exercícios do CEL, circulei pela sala verificando o ritmo de trabalho dos alunos. Na correção dos exercícios senti uma grande satisfação, pois verifiquei que os alunos sabiam aplicar o modo conjuntivo e o modo imperativo (conteúdo lecionado por mim nas aulas anteriores).

A atividade final encerrou a aula em “chave de ouro”. Sendo a tomada de notas bastante relevante neste ciclo de ensino, proporcionei aos alunos um momento lúdico conectado com outra área do saber. No momento desta atividade remeti, também, para a aula onde abordamos o anúncio publicitário que promovia o turismo nos Açores. Os alunos conseguiram sintetizar a informação, relatando a informação divulgada em vídeo.

Os alunos estiveram atentos, interessados, bastante participativos e empenhados nas tarefas. O espírito de ajuda e o respeito pelos colegas esteve presente nesta aula, como em todas as outras. Os alunos foram respeitosos, cumpriram as regras de sala de aula e colaboraram positivamente. A aula correu bem uma vez que estabeleci um fio condutor que me permitiu realizar todas as tarefas com sucesso.

II.3. MATEMÁTICA

A Matemática mantém uma relação de reciprocidade com as outras ciências, nesse sentido, pretende-se que a disciplina de Matemática contribua para o desenvolvimento pessoal do aluno e proporcione a formação matemática necessária a outras disciplinas. O Novo Programa de Matemática do Ensino Básico (NPMEB), juntamente com as Metas Curriculares, facilitou a realização das planificações de aula focadas nos objetivos referidos.

A aula selecionada descrita de seguida apresenta como conteúdo “Decomposição de um número em fatores primos”. Esta aula contou com a presença da professora supervisora, Isabel Vale, um dos motivos que me levou a selecionar a aula em questão para ser alvo de relato neste relatório. O facto de terem sido apontadas críticas construtivas, de ter sido uma aula rica em conexões permitindo a abordagem de conteúdos lecionados nas aulas anteriores, quer por mim quer pela professora cooperante, complementa a razão desta seleção.

A aula iniciou com a correção dos trabalhos de casa, que deu origem a “um bom momento de revisões”, segundo a Professora Orientadora Isabel Vale. A introdução à decomposição de um número em fatores primos teve como primeiro momento a revisão oral da estratégia utilizada na aula anterior (escrever para cada um dos números um produto de dois números naturais). De seguida os alunos tiveram conhecimento da possibilidade de decompor um número em fatores primos recorrendo a outro processo, isto é, efetuando divisões sucessivas até obter 1 como quociente.

No decorrer do estágio, nesta área curricular, senti algumas dificuldades que fui superando ao longo do tempo.

Sendo a comunicação e a linguagem matemática bastante complexas, é importante que o professor transmita corretamente, sem falhas, para não induzir o aluno em erro. Nesta aula, embora fosse fazendo correções a este nível passaram algumas incorreções. Houve, ainda, a propensão de chamar a atenção a alunos mais participativos, um erro que tentei corrigir ao longo das aulas.

A par de alguns equívocos emergiram, também, pontos fortes que tornaram a aula mais rica. A envolvimento dos alunos que faltaram na aula anterior, as conexões que estabeleci com as aulas anteriores, a boa gestão do diálogo e do questionamento conduziram a aula a bom porto.

Os alunos estiveram sempre motivados, participativos e empenhados nas tarefas. Estiveram atentos à professora e aos colegas, quando estes intervinham.

II.4. CIÊNCIAS DA NATUREZA

A disciplina de Ciências da Natureza apresenta um leque variado de temas que permite ao aluno um conhecimento aprofundado acerca do mundo que o rodeia.

O conteúdo que lecionei “Importância da água para os seres vivos” insere-se no tema III do manual (CSI – Ciências Sob Investigação). Ao introduzir o tema senti uma enorme satisfação ao ver o entusiasmo dos alunos, senti que estavam ansiosos e determinados a aprender sobre este bem indispensável à vida. Conduzir esta aula foi um misto de emoções uma vez que também estava ansiosa, tal como os alunos, e ao mesmo tempo instalou-se um nervosismo, pois estava a ser observada pela Professora Supervisora, Joana Oliveira.

A planificação das aulas de Ciências da Natureza passou por várias fases, sendo a primeira detetar as ideias prévias dos alunos. Para introduzir o tema em questão, como

forma de motivação, projetei um vídeo da Internet. A exploração do vídeo surgiu de seguida, onde foram colocadas questões que iam ao encontro das ideias prévias dos alunos. Os alunos, posteriormente, resolveram corretamente e facilmente as questões do manual, expostas no quadro e realizadas em grande grupo. A introdução ao tópico “A água como solvente” iniciou com a discussão do provérbio “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, através do qual os alunos chegaram à conclusão pretendida, de que a água tem o poder de desagregar/erodir e dissolver outros materiais. No final da aula, cada aluno recebeu um diário orientado onde, como trabalho de casa, deveriam fazer o registo de todas as aulas.

A aula correu bem, houve bastantes aspetos positivos. No decorrer da aula estabeleci um fio condutor recorrendo várias vezes ao vídeo motivacional. Referi, ainda, que iria recorrer ao mesmo nas aulas seguintes, uma vez que o vídeo abrangia vários conteúdos. Tive o cuidado de dizer aos alunos que devem usar uma linguagem rigorosa e adequada.

Na discussão do vídeo, os alunos afastaram-se um pouco do assunto da aula e, para não fugir ao assunto nem “perder mais tempo” penso não ter dado importância a alguns comentários menos corretos. Não foi a melhor opção, uma vez que poderia ter aproveitado para desmistificar ideias pré-concebidas em relação a outros conteúdos (o que acabei por fazer nas aulas seguintes).

Os alunos participaram ativamente na aula, todos sem exceção. Estiveram entusiasmadíssimos, responderam corretamente às questões do manual. No final da aula fiquei com a sensação que não queriam sair dali para aprenderem tudo sobre a água numa só aula, um orgulho para mim enquanto estagiária. As estratégias utilizadas foram as responsáveis por essa motivação, a meu ver. Inicialmente o vídeo, depois a projeção das questões do manual realizadas em grande grupo, os registos no caderno diário, o provérbio (interdisciplinaridade com a área de Português) e, por fim, um pequeno livro intitulado de “Diário” para os registos diários.

A turma respeitou-se mutuamente, na discussão, na opinião pessoal de cada um e nas questões orais. É uma turma ótima, senti que iam crescendo ao mesmo tempo que eu.

II.5. HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PORTUGAL

A disciplina de História e Geografia de Portugal desenvolve e desperta nos alunos competências cognitivas e de cidadania que os ajudarão a agir no mundo atual. Tal como surge na apresentação do manual “Saber em Acção 5”, o estudo desta área é muito mais do que memorizar datas ou acumular um conjunto de factos e acontecimentos do passado. O conhecimento da História contribui para que o aluno possa ampliar a visão que tem do mundo, adquirir competências necessárias para saber observar, saber pensar e saber agir.²

As aulas lecionadas no decorrer do estágio foram de encontro aos princípios mencionados.

No texto que se segue será comentada a primeira aula cujo subtema se intitula “O império português no século XVI”, tendo como foco de estudo o Arquipélago dos Açores e o Arquipélago da Madeira. Primeiro estudamos a Geografia (espaço) para, conseqüentemente, auxiliar o estudo da História (tempo).

A aula iniciou com a audição da lenda das Sete Cidades, uma motivação que cativou a atenção dos alunos. De seguida procedeu-se à exploração da lenda em grande grupo. Para compreender o relevo e o clima de Portugal insular foram projetadas duas apresentações multimédia. Após a leitura de duas páginas do manual, para consolidar o que foi estudado na aula, foi elaborado no quadro um esquema síntese, em grande grupo, e registado no caderno diário.

Os alunos estiveram sempre motivados e interessados em conhecer os arquipélagos portugueses, participaram no discurso oral e colocaram dúvidas coerentes. A turma revela bastante interesse nesta área, pelo que não foi difícil cativar a atenção dos alunos. No entanto, tendiam a questionar compulsivamente, o que nem sempre era fácil gerir. Nesse sentido surgiu uma estratégia: sugeri aos alunos que registassem as dúvidas ou curiosidades no caderno diário e no fim da aula, após a elaboração do esquema síntese, seriam debatidas.

² ALVES, Eliseu, GONÇALVES, Ana, MENDES, Manuela – *Saber em Acção 5*. Porto: Porto Editora, 2010. p. 3.

O empenho dos alunos facilita bastante o trabalho de quem dirige a aula. No decorrer da sessão tive a preocupação de evocar a atenção dos alunos menos participativos e de controlar a ansiedade dos mais comunicativos. O facto de estar dependente do computador, para colocar a audição e as apresentações, impediu que circulasse pela sala, um fator bastante relevante na condução das aulas.

II.6. ÁREA/ TEMA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

O tema escolhido para o desenvolvimento do relatório final insere-se nesta última área, História e Geografia de Portugal. O tema surgiu após ter conhecimento do conteúdo programático que iria abordar na PES II.

Após a leitura de alguma bibliografia sugerida pelo Professor Orientador, previamente à escolha do tema, despertei para a importância do conhecimento da história que nos é próxima. A leitura aprofundada do conteúdo que iria ser abordado nas aulas permitiu o reconhecimento da participação vianense na colonização do Brasil. No sentido de aproximar a história local à história nacional para benefício dos alunos, determinou o que viria a ser o tema deste relatório.

Numa fase inicial, no que concerne à escolha da área do relatório final, considerou-se relevante reunir os alunos do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico para que definissem, aleatoriamente, uma das quatro áreas que integram o 2.º ciclo. Embora o tema da investigação deva ser selecionado de acordo com os interesses do investigador, a escolha do mesmo esteve, neste caso, condicionada pelas circunstâncias institucionais. A maioria dos alunos enveredaram por áreas menos familiares, devido ao número restrito de alunos que poderiam ser orientados por cada Professor Orientador.

História e Geografia de Portugal foi a área que me foi atribuída, na reunião acima mencionada, após a realização de um sorteio. Sendo a minha área de eleição o Português, senti alguma dificuldade em definir o que viria a ser o tema do relatório. Neste sentido, recorri à ajuda do Professor Henrique que muito me apoiou neste processo.

As reuniões orientadoras iniciaram no 2.º Semestre, logo após a atribuição das respectivas áreas. Primeiramente, o Professor Orientador sugeriu que a orientação fosse, numa primeira fase, em grande grupo. Esta orientação inicial teve um impacto bastante positivo, uma vez que houve partilha de ideias e realização de tarefas que contribuíram para a consecução de uma boa investigação.

A fim de definir o objeto de estudo, o Professor propôs-nos a realização de um texto onde descrevêssemos sucintamente, através da elaboração de um possível título, uma questão passível de ser investigada. Neste sentido, após a orientação da Professora Cooperante e do Professor Orientador, apresentei um título provisório “A participação vianense na colonização do Brasil - um contributo para a didática da História” que me ajudou a focalizar a direção da investigação. O primeiro passo foi analisar a vasta bibliografia recomendada pelo meu orientador.

Parte II

O trabalho de investigação

CAPÍTULO I

ESTADO DA ARTE: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I.1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente capítulo desenvolve o enquadramento teórico, de modo a contextualizar o tema em estudo na investigação em causa. Nesse sentido, será feita uma abordagem global dos assuntos que norteiam este trabalho. Num primeiro texto será abordado o Ensino da História, como surgiu e evoluiu, a importância desta disciplina no contexto escolar e o que poderia ser melhorado para motivar os alunos e, consequentemente, se obter melhores resultados. A Didática da História é o segundo tema de que se fala, onde são apresentadas estratégias utilizadas pelos professores desta área, assim como recursos didáticos que poderão conduzir a uma boa aula. A história local como mediação para o ensino da História é o título do terceiro texto, onde se explora o propósito deste trabalho. Nesta parte poderemos saber de que forma o professor poderá organizar esta aprendizagem paralela para aproximar o aluno do seu passado próximo e, assim, facilitar a sua percepção pela história nacional. Por último, e não menos importante, fala-se da mais-valia das visitas de estudo e da sua planificação.

I.2. O ENSINO DA HISTÓRIA

“Não há amanhã sem ontem, prospectiva sem retrospectiva.”³

O ensino da História surgiu como disciplina escolar no século XIX, já que na antiguidade os historiadores não a consideravam preparada para ser ensinável, pelo facto de ser uma arte muito incerta. A disciplina de História assumia o papel de habilitar e preparar o cidadão para uma intervenção nos problemas da sociedade. Alguns anos mais tarde, a História sobrepõe-se à Geografia uma vez que assume uma missão educativa da Família e do Estado.⁴

³ ALLARD, Michel; LEFEVRE, André; FRAGA, Gustavo De – *A História e o seu Ensino*. Coimbra: Livraria Almedina, 1976. p. 40.

⁴ RODRIGUES, Henrique – *O papel formativo da História*, (policopiado) Viana do Castelo: [1986]

A História, enquanto disciplina, foi repensada e reajustada ao longo dos anos e enaltecida cada vez mais. O estudo da história acabou por se centrar nos aspetos sociais.

Allard, Lefevre e Fraga, partilham da mesma opinião ao referirem que a história se tornou numa ciência social autêntica. Os mesmos autores defendem que a história é incontestavelmente cultura, uma vez que permite à consciência do homem apreender o movimento da sua evolução, juntar o passado ao presente e (...) projetar-se no futuro.⁵

Foi há muitos anos que se conheceu a importância desta disciplina, e se reconheceu o ensino da história como sendo indispensável ao desenvolvimento intelectual da criança e do adolescente.⁶ Contudo, com o passar dos anos, outras disciplinas, como a Língua Portuguesa e a Matemática, acabaram por se sobrepor à disciplina de História. Não quer isto dizer que a História seja mais importante do que estas duas disciplinas, já que sem a sua existência muitos conteúdos de História e Geografia não seriam bem entendidos. É o caso da interpretação de documentos, leitura de tabelas e cálculos para a realização das mesmas. A História acorda a consciência coletiva, seguramente na companhia de outras disciplinas, mas, inevitavelmente, também as outras com ela.⁷

A carga horária da disciplina de História e Geografia de Portugal é de cento e trinta e cinco minutos semanais, distribuídos por um bloco de noventa minutos e outro de quarenta e cinco. As áreas de Língua Portuguesa e Matemática usufruem de duzentos e setenta minutos por semana, ou seja, o dobro do tempo em relação à História e Geografia de Portugal.

“Se com o Português se aprende a comunicar e com a Matemática a adquirir noções do domínio qualificável, (...) é por meio da História que o aluno adquire a consciência do tempo social, isto é, a noção de diacronia e da dimensão total do mundo em que vivemos. Sem a História não se poderá ter a noção de tempo e sociedade.”⁸

Seguindo e apoiando a linha de pensamento de Félix, não seria o aumento do número de horas semanais que iria garantir uma melhoria na qualidade do ensino da História. A organização do espaço-aula seria mais importante, uma vez que é difícil utilizar modelos didáticos centrados na atividade dos alunos em espaços organizados tradicionalmente, pois dificulta o trabalho de grupo, a troca de opiniões, o uso dos

⁵ ALLARD, Michel, LEFEVRE, André, FRAGA, Gustavo De – *A História e o seu Ensino*. Coimbra: Livraria Almedina, 1976. p. 40.

⁶ IDEM, p. 45.

⁷ IDEM, ibidem.

⁸ FELIX, Noémia – *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998. p. 37.

meios audiovisuais e outro material de apoio.⁹ Talvez fosse mais vantajoso usufruir de salas totalmente equipadas para a leção desta disciplina. Salas específicas, tal como as salas de física e química que possuem laboratório, salas onde têm sempre o material à mão.¹⁰

O ensino da História tradicional remete-nos para um ensino essencialmente verbalista e expositivo, onde o mestre deveria possuir os conhecimentos científicos adequados, capacidade de expressão e autoridade para conseguir manter os alunos em silêncio e, se possível, com atenção. Os alunos deveriam estar atentos, de modo a memorizar e reter a informação.¹¹

O modelo de ensino, com o passar dos anos, deixou de ser transmissivo, o professor deixou de assumir o papel de “emissor” e o aluno de “recetor”. Houve, portanto, uma evolução trazida pelas transformações na lógica e conteúdos da disciplina.¹² Nos dias de hoje, a aprendizagem está centrada no aluno de uma forma ativa, servindo o conhecimento histórico para compreender melhor a realidade que o rodeia.¹³

Segundo Noémia, o professor deixa de ser o transmissor para ser o organizador dos instrumentos que facilitam a aprendizagem dos alunos e a História deixa de ser algo “recebido” pelos alunos para passar a ser um conjunto de conhecimentos descobertos pelos alunos.¹⁴

A instrução e a aprendizagem reconciliam-se, o papel do professor e do aluno completam-se, o professor é o que possui um conhecimento que o aluno reelaborará por meio das propostas didáticas que o professor lhe proponha.¹⁵

É relevante frisar, tendo em conta o tema que envolve este estudo, que os currículos passaram a ocupar-se quase exclusivamente com o contemporâneo (mais próximo no tempo) e com os estudos locais ou regionais (mais próximos no espaço).¹⁶

Já na 1ª República, havia a consciência da dificuldade da apreensão da noção de tempo pela criança, nesse sentido aconselhava-se o recurso ao meio local com todas as potencialidades que este pode oferecer: a observação de objetos, estátuas, monumentos,

⁹ IDEM, p. 53.

¹⁰ RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História: Um conjunto de experiências*. (policopiado), Viana do Castelo: 1986. p. 7.

¹¹ MARQUES, Ramiro – *Mudar a Escola - Novas Práticas de Ensino*. Lisboa: Horizonte, 1983. p. 23.

¹² FELIX, Noémia – *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998. pp. 38-39.

¹³ IDEM, p. 41.

¹⁴ IDEM, p. 42.

¹⁵ IDEM, p. 43.

¹⁶ IDEM, p. 42.

de modo a que do conhecido, do próximo, do presente, em espiral, fosse passando para o desconhecido, para o mais afastado, em termos de tempo e de espaço. Para além do meio como recurso do ensino da História, eram sugeridos outros como gravuras, bilhetes-postais e, obviamente, os manuais (compêndios), apenas no ensino primário.¹⁷

O recurso à visita de estudo acontecia apenas no ensino secundário. As visitas eram particularmente recomendadas a museus, monumentos e a locais históricos, e eram cuidadosamente planeadas, desde os aspetos da organização até aos contextos pedagógico-didáticos.¹⁸

Hoje em dia, os recursos didáticos para o ensino da História são diversificados. O manual escolar continua a ser utilizado na sala de aula, mas deixou de ser considerado o livro único, deixou de ser o suporte da aula expositiva para passar a ser o suporte de uma aula muito centrada na atividade dos alunos.¹⁹

As novas tecnologias da informação e da comunicação fazem, agora, parte dos materiais didáticos para o ensino da História. Os instrumentos como a imprensa, os recursos audiovisuais e as novas tecnologias da informação e da comunicação são recursos indispensáveis e que a escola não pode ignorar, pois são instrumentos valiosos para a aprendizagem formal e informal dos alunos.²⁰

A utilização do meio como recurso didático, ao qual este trabalho dá relevante importância, envolve a descoberta e a busca de uma história viva, é o recurso às fontes históricas (materiais e orais) próximas do aluno. Este recurso tem uma dupla função, a ilustração de conhecimentos e de pequenas investigações e a interação com o património cultural que possibilitará o desenvolvimento de atitudes de empatia e respeito pelo passado.²¹ O conteúdo de História que é lecionado nas escolas básicas deveria ser ajustado de forma a fazer parte da vida dos estudantes deixando, assim, de ser tão “mecânico”. O propósito deste estudo é mesmo este, mostrar que a História não deve ser só aplicada nas escolas, mas também no nosso dia-a-dia.

I.3. DIDÁTICA DA HISTÓRIA

¹⁷ MENDES, Isilda – O Ensino da História na 1.ª República, in *Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História – “Comunicações”*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 90.

¹⁸ IDEM, p. 91.

¹⁹ FELIX, Noémia – *A História na Educação Básica* - o.c., p. 51.

²⁰ IDEM, p. 52.

²¹ IDEM, p. 53.

O termo didática refere-se essencialmente às estratégias metodológicas utilizadas pelo professor em ambiente sala de aula, ou fora dela. A didática é entendida por vários autores como sendo a “arte de ensinar”. A evolução dos métodos de ensino ao longo das últimas décadas tem sido notória e vantajosa para o alcance de um ensino de sucesso.

A didática cinge-se, essencialmente, a um conjunto de elementos e práticas adotadas pelo professor, com o objetivo de motivar, despertar interesse e facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

A motivação utilizada pelo professor tradicional ocupava apenas os primeiros cinco ou dez minutos do início da aula. Na atualidade pretende-se que a motivação seja permanente. O professor deve manter os alunos interessados desde o início, até ao final da aula.²² Para uma maior motivação o professor tem de, em primeiro lugar, “viver” a aula, deve estar com um olhar atento a toda a turma, especialmente sobre os alunos que têm mais dificuldades. O professor deve movimentar-se por toda a sala para que possa observar de perto todos os alunos. Dependendo das suas capacidades, o professor deve usar estratégias para evitar a monotonia e provocar maior atenção.²³

No que concerne aos recursos, a motivação deve ser variada.²⁴ Os documentos a analisar devem ser diversificados²⁵ uma vez que os jovens, devido à sua tenra idade, não veem com “olhos de ver” e, assim, poderão entender melhor a subjetividade dos vários autores.²⁶

Existem outros recursos que podem e devem ser utilizados como motivação: fotografias, diapositivos, gráficos, textos, notícias, desenhos, audição de “discos”²⁷, ilustrações de imagens (pinturas, gravuras, caricaturas, senhos, fotografias), filmes, mapas, cartas, entre muitos outros que poderão surgir da imaginação de cada professor.²⁸

Os materiais didáticos podem, também, ser construídos pelos próprios alunos. O professor deve encorajar o aluno a ter um papel ativo na construção do conhecimento.²⁹

²² MARQUES, Ramiro – *Mudar a Escola* - o.c., p. 23.

²³ RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História*: o.c., p. 10.

²⁴ MARQUES, Ramiro – *Mudar a Escola* - o.c., p. 23.

²⁵ IDEM, *Ibidem*.

²⁶ RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História*: o.c. p. 9.

²⁷ MARQUES, Ramiro – *Mudar a Escola*

²⁸ RODRIGUES, Henrique – *Didática e Pedagogia do Ensino da História*; o.c. p. 9.

²⁹ RODRIGUES, Henrique – *Pedagogia e Didática da Montagem Audiovisual*, in *Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História* – “Comunicações”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 337.

Sabendo que o processo de ensino-aprendizagem deve fazer-se a partir da experiência dos alunos³⁰, foi proposto, neste estudo, a realização de alguns materiais por parte dos participantes. O material didático solicitado era familiar aos alunos, no entanto foram dadas as devidas orientações.

Todos os materiais, os que o professor leva para a aula ou os que o aluno constrói, são importantes para envolver os alunos na aula. Contudo, devido ao variado leque de materiais existentes e à brevidade do relatório não será possível registar a sua importância. Assim sendo, sugiro a consulta da bibliografia que tem vindo a ser citada neste capítulo.

I.4. A HISTÓRIA LOCAL COMO MEDIAÇÃO PARA O ENSINO DA HISTÓRIA

“... só com o conhecimento e compreensão do que nos rodeia, do que nos está próximo (...) podemos partir para o conhecimento do que está afastado...”³¹

À luz do Currículo Nacional a competência é um conceito usado em diferentes perspetivas e adequado a diferentes áreas do saber.

O paradigma socio-construtivista que engloba a perspetiva de um ensino baseado em competências assume-se como meta de todos aqueles que desejam formar os cidadãos de amanhã, para isso devem dominar os contextos, a resolução de problemas e a preocupação com um saber prospetivo e adaptável. O exercício da competência só será concretizável se os conteúdos disciplinares forem adequados e aproveitados para sustentarem as habilidades e capacidades.³² Esta mobilização deve naturalmente ter em conta a função social e individual da História, sendo nosso

³⁰ IDEM, *Ibidem*.

³¹ MARQUES, Eulália Teigas – História Local, património cultural e ensino da história in *Primeiro Encontro sobre o Ensino da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 442-443.

³² ALVES, Luís Alberto Marques - *A História local como estratégia para o ensino da História*, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. 3, p. 65-72

entendimento que a utilização de forma apropriada da Localidade pode constituir um fator essencial à motivação para os conteúdos e ao exercício da cidadania.³³

No decorrer da escolaridade obrigatória o docente deverá desenvolver as competências gerais a par das competências específicas. As competências específicas da História remetem para a utilização das potencialidades do seu conhecimento científico para fomentar a utilização de fontes e o tratamento adequado da informação nela inserta; garantir a compreensão de temporalidade, espacialidade e contextualização e, por fim, assegurar que o aluno é capaz de comunicar “historicamente” o aprendido, de forma adequada e correta.³⁴

Segundo o currículo aprovado para o Ensino Básico, é em função do conteúdo de cada disciplina que devemos orientar a construção do conhecimento e contribuir para a formação geral de um aluno que cumpre a escolaridade obrigatória. As competências gerais passam, assim, a gerir os conteúdos tendo cada disciplina de contribuir para a formação geral que se pretende.³⁵

Perante esta nova funcionalidade dos conteúdos disciplinares, é relevante levar para a sala de aula motivações, como também ter um espaço laboratorial onde seja possível pesquisar, descobrir, analisar, viver e reconstruir o momento histórico.³⁶ A localidade pode, em alguns casos, constituir um exemplo privilegiado do nosso passado, que aproxima o professor ao aluno, que o enraíza no seu espaço, que o aproxima do saber histórico local e nacional.

A didática da disciplina deve provocar reflexão histórica, deve abrir caminho para que o aluno conheça, proteja, valorize e divulgue um património que também lhe pertence.

A história nacional só poderá ser bem compreendida aquando o conhecimento da história e mesmo da vida atual de uma localidade ou região. A história local projeta o interesse pela história nacional, uma vez que estão intimamente ligadas.³⁷

Os estudos locais, entendidos como estudos com perspetiva e enquadramento nacional, podem fornecer elementos de trabalho para o ensino, aproximam o aluno

³³ IDEM

³⁴ IDEM

³⁵ IDEM

³⁶ QUINTAS, Maria da Conceição – A História Local como ponto de partida para a vivência de um momento histórico - *Primeiro Encontro sobre o Ensino da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 416.

³⁷ PESTANA, M. Inácio – *Didática da História – Guia de Introdução Didática*. Coimbra: Atlântida Editora, 1973. p. 51

daquilo que parecia ser muito longínquo, ajudam-no a reconhecer-se como sujeito da História.³⁸

O interesse dos alunos pela História local e o seu estudo é favorável não só para os alunos, mas também para o professor, que terá na sala de aula uma turma motivada e interessada, com capacidades desenvolvidas e é uma mais-valia para a própria localidade que verá a sua história divulgada. O professor deverá organizar uma aprendizagem estruturada tendo em conta os interesses dos alunos e a sua faixa etária.

O processo de ensino-aprendizagem da História local poderá ser acionado através de visitas de estudo, das quais falaremos a seguir, ou através da investigação das diversas fontes.

I.5. A VISITA DE ESTUDO

O processo de ensino-aprendizagem deve ser alargado à realidade exterior, é nesta que habita o suporte de aprendizagens ativas, significativas e socializadoras. A saída do espaço escolar envolve uma componente lúdica e propícia a relação professor-alunos, o que estimula o interesse e o empenho destes.

Sendo objetivo das novas metodologias de ensino-aprendizagem promover a interligação entre teoria e prática, a escola e a realidade, as relações com o exterior é uma prática cada vez mais frequente nas escolas.³⁹

A visita de estudo deixou de se restringir ao ensino secundário, passando agora a fazer parte do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos de ensino, tal como sugere o Currículo Nacional do Ensino Básico. Esta atividade deve implicar o “contacto/estudo direto com o património histórico-cultural nacional e regional/local (...) com carácter de recolha, exploração e avaliação de dados”.⁴⁰

³⁸ MONTEIRO, Miguel Alves – Estudos locais e o ensino da história in Primeiro Encontro sobre o Ensino da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. p. 436.

³⁹ MONTEIRO, Manuela – Intercâmbios e Visitas de Estudo in Carvalho, Adalberto Dias - *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora, 1995. p.188

⁴⁰ Departamento De Educação Básica - Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais. Lisboa: Ministério da Educação, 2001. p 91.

A visita de estudo permite ao aluno vivenciar de perto fenómenos que antes existiam apenas na sua imaginação ou, talvez, nem isso. O aluno poderá compreender melhor os conceitos históricos, desenvolver atitudes e valores, valorizar o património nacional e local, entre muitas outras coisas. Sendo o património local o ponto-chave desta investigação é importante salientar que o aluno, quando conhece, estuda e explora o local que o rodeia, tornar-se-á, a longo prazo, um cidadão mais ativo, interventivo e participativo.⁴¹

O grande problema que se coloca em torno do assunto deste relatório, é o facto de os alunos estudarem mais a nível nacional do que a nível local. Muitas vezes os alunos não sabem a própria história local, não sabem o porquê da existência de monumentos ou estátuas na própria localidade, ou porque que é que determinada rua tem aquele nome. É urgente dar mais valor à História local e, para isso, é importante recorrer a visitas de estudo, para melhor perceber.

Pouco ou nada se aposta na história local. Primeiro, porque muitas vezes os docentes não têm formação académica nessa área; segundo porque muitas vezes a história quando vista ao pormenor é provável que revele segredos que a modifiquem. Como irá causar grandes alaridos, é deixado de lado e continua-se naquilo que mais convém.⁴² O tempo letivo será o grande problema que se coloca em torno desta questão, não há espaço programático para o estudo da História Local, um programa com cento e trinta e cinco minutos semanais, como já foi referido.

A visita de estudo tem múltiplas potencialidades pedagógicas, uma das vantagens mais significativas é a oportunidade da inter e transdisciplinaridade, o que dá origem a uma dilatação de conhecimentos. Na mesma visita de estudo é possível abarcar vários conhecimentos de diferentes áreas do saber. Os professores, muitas vezes, estão fixados em cumprir o programa esquecendo-se que a utilização desta estratégia poderia colmatar essas falhas e tempo. Dentro da sala de aula não há a facilidade de abranger vários temas de disciplinas distintas. No entanto, se esta atividade for levada a cabo, o corpo docente terá de realizar um trabalho prévio acerca da questão da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade. O nível de desenvolvimento cognitivo

⁴¹ OLIVEIRA, Maria Manuela – *As Visitas de Estudo e o ensino e a aprendizagem das Ciências Físico-Químicas: um estudo sobre concepções e práticas de professores e alunos*. Braga: Universidade do Minho, 2008. p.24.

⁴² DUARTE, Luís Miguel - *O Rio da minha Aldeia- Virtudes pedagógicas da História Regional e local*, In Revista O Estudo da História, nº3, Associação de Professores de História. Lisboa: 1998, p.109.

da turma em questão terá de estar igualmente delineado, terá de haver um equilíbrio e convergência entre disciplinas.

Neste caso, pretendia-se a interdisciplinaridade somente entre a Geografia e a História, as duas áreas que completam a mesma disciplina, podendo ser alargada a outras áreas, caso se realizasse. Embora não tenha sido possível realizar uma visita de estudo em torno do tema deste relatório, devido à falta de tempo, reconhece-se a importância da preparação da visita. É indispensável definir objetivos, preparar uma planificação; definir o local e a data; realizar um guião, um instrumento que oriente e rendibilize a visita de estudo; realizar a visita, uma visita de descoberta com períodos de divertimento e convívio; produtos e avaliação da visita: poderão ser elaborados artigos para o jornal da escola, afixação de cartazes com textos e fotografias e, consequentemente, avaliar coletivamente todo o processo; analisar a participação dos alunos em todas as fases.⁴³

⁴³ MONTEIRO, Manuela – *Intercâmbios e Visitas de Estudo* in CARVALHO, Adalberto Dias - *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora, 1995. pp.189-195

CAPÍTULO II

METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

II.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Os métodos a utilizar na investigação em educação são variados. Cada estudo deve ir ao encontro do método mais adequado à situação e aos objetivos que se pretende alcançar.

Os estudos poderão ser de carácter qualitativo, quantitativo ou até mesmo misto, embora este último não seja bem aceite por alguns investigadores, especialmente aqueles que se mostram radicais com algum destes métodos.⁴⁴

Este método formula princípios dos fenómenos educativos ou dos processos de ensino – aprendizagem a partir de dados estatísticos, procurando estudá-los de modo objetivo, mediante análises empíricas. Por sua vez, o método qualitativo focaliza o mundo pessoal dos participantes em vez de procurar generalizações, depende das análises e das sensibilidades da investigação, desvalorizando a validade e fiabilidade dos instrumentos.⁴⁵

Em termos gerais, estes dois métodos (quantitativo e qualitativo) partilham alguns objetivos, por isso resumem-se em cinco fases semelhantes: a) observação e avaliação de fenómenos; b) estabelecimento de pressupostos ou ideias como consequência da observação realizada; c) demonstrar se os pressupostos ou ideias têm fundamento; d) verificação das suposições com base em testes ou análises; e) proposta de novas observações e avaliações para esclarecer, modificar ou fundamentar as suposições ou ideias ou até mesmo para conceber outras.⁴⁶

⁴⁴ SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista – *Metodología de la investigación*, 4.ª ed. México: interamericana editores, 2006. p. 4

⁴⁵ CUNHA, António Camilo – *Formação de Professores: A investigação por questionário e entrevista – Um exemplo prático*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007.p. 24

⁴⁶ SAMPIERI, Roberto Hernández; et all., *Metodologia*, interamericana editores, o.c., p.4

II.2. METODOLOGIA ADOTADA

Neste estudo, optou-se por um referencial quantitativo, o inquérito, não deixando de explorar os caminhos teórico-críticos.

Segundo Réjean Huot⁴⁷ a quantificação em ciências humanas é indispensável, o número permite: precisão; uma maior objetividade; a comparação e a reprodução; a generalização a situações semelhantes; a inferência (avaliação e testes de hipótese).

O método quantitativo usa a recolha de dados para testar hipóteses com base na contagem numérica e análises estatísticas para estabelecer padrões de comportamento e experimentar teorias.⁴⁸

Partindo dos pressupostos defendidos por Sampieri acerca da metodologia quantitativa o estudo inicia considerando o conceito ou pré-conceito dos alunos sobre Portugal no século XVI. Uma vez definido o tema seguiu-se para a revisão da literatura, que se prolongou até à conclusão deste relatório. A leitura de bibliografia variada permitiu enveredar por um tema mais específico, o que acabou por definir o título do trabalho “A participação vianense na colonização do Brasil - um contributo para a didática da História”. A recolha de dados foi realizada através de um questionário o que deu origem a variáveis alternativas e múltiplas. Este foi aplicado em contexto sala de aula. Os resultados obtidos foram analisados mediante procedimentos estatísticos.

Tal como sugere Sampieri, o processo de investigação quantitativo (que engloba os dados numéricos, os participantes e a análise estatística) presente neste trabalho utiliza o questionário por inquérito como forma de recolha de dados e a análise estatística executada num programa específico de “software” (Excel) facilitando a sua

⁴⁷ HUOT, Réjean – *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. p.18

⁴⁸ SAMPIERI, Roberto Hernández; et all, *Metodologia*, o.c. p. 4.

leitura. Este processo permitiu alcançar um conjunto de soluções possíveis interpretadas à luz das previsões iniciais.

Como apresenta o mesmo autor acima mencionado, também este trabalho seguiu um plano organizado, previamente definido. A amostra (grupo) foi selecionada logo de início, devido à falta de tempo, assim como a aplicação do inquérito. Assim sendo, excluindo apenas esta permuta de ordem de trabalhos, este relatório seguiu a metodologia apresentada por este autor.

A escolha do questionário como instrumento de recolha de dados surgiu com a necessidade de se adequar ao número da amostra e pelo facto de ser um instrumento de fácil aplicação. Desta forma haveria a possibilidade de quantificar as respostas e identificar as ideias mais comuns ao grupo. O questionário adaptava-se ao contexto investigativo e aos objetivos.

II.3. ORIENTAÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO

O processo de investigar, assim como o processo de ensinar, exige um planeamento prévio que permita orientar o investigador/professor, de modo a que este não dê relevante importância a aspetos pouco interessantes e se afaste do principal objetivo da aula ou tarefa. Funciona como uma linha orientadora que, no caso do professor investigador, controla o ritmo da aula. Contudo, é importante que haja a noção de que este plano não tem de ser seguido rigidamente, podendo sofrer alterações sempre que o contexto assim o justifique. Como defende Esteves⁴⁹, não é a ação que deve obedecer a um plano prescritor de regras definitivas, bem pelo contrário, o plano é que tem de ser reajustado, sempre que as derivas da ação ocorram de forma não planeada.

A tabela a seguir apresenta o plano de ação delineado para este estudo.

TABELA 1 – CALENDARIZAÇÃO DAS FASES DE ESTUDO

fevereiro a abril	Consulta e recolha bibliográfica
Preparação do Estudo	Escolha do tema para o estudo
	Apresentação do tema no contexto
	Definição dos objetivos do estudo

⁴⁹ ESTEVES, Lídia Máximo- - *Visão Panorâmica da Investigação-ação*. Porto: Porto Editora, 2008. p. 82

maio Implementação das tarefas	Aplicação dos inquéritos
	Planificação das tarefas
	Implementação das tarefas
	Análise da informação e dados recolhidos
Junho Iniciação da redação do relatório	Consulta e recolha bibliográfica
	Continuação da análise de dados
	Início da redação do relatório final
	Consulta e recolha bibliográfica

No sentido de concretizar o estudo em causa e de modo a tornar as conclusões viáveis, foi fundamental planear e implementar algumas tarefas. Estas centraram-se nas questões orientadoras.

As tarefas idealizadas para responder às questões delineadas encontram-se nas planificações de aula, cujo modelo foi cedido pelo agrupamento de escolas que integra a escola em questão.

As atividades foram implementadas em duas aulas de noventa minutos, tendo sido cumprido o plano da aula. Ambas as sessões decorreram em ambiente sala de aula. As aulas finalizaram com êxito.

II.4. OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo geral deste estudo é compreender as conceções históricas que os alunos constroem a partir de elementos históricos presentes na cidade onde habitam. Especificamente, pretende-se compreender que conhecimentos os alunos têm sobre a história da sua localidade e se, de alguma maneira, a incluem na história de Portugal.

II.5. QUESTÕES ORIENTADORAS DA INVESTIGAÇÃO

Na esperança de encontrar respostas orientadoras de futuras práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula de História, explorei as seguintes questões de investigação:

1. O que conhecem os alunos acerca da História local?
2. Como introduzir a História local na História nacional na aula de HGP?
3. Como trabalhar a didática em sala de aula e utilizá-la para expor o tema em questão?
4. Qual a importância das visitas de estudo no contexto educativo?

II.6. MAPA DA INVESTIGAÇÃO

O delineamento de toda a investigação deverá ser registado, descrevendo detalhadamente todas as fases. Embora já tenha sido apresentada uma tabela com a calendarização das fases de estudo, pretende-se, agora, descrever detalhadamente todo esse processo.

Atendendo ao modelo de planificação cedido pela instituição em causa, que abrange as ideias detetadas nos alunos, comecei por realizar um inquérito por questionário. O inquérito, fornecido aos alunos uma semana antes da regência, reúne um conjunto de questões de escolha múltipla e divide-se em duas partes. A primeira parte é relativa aos dados pessoais do aluno, a segunda parte inclui dados informativos sobre história. Antes da aplicação do inquérito dirigi-me à direção da escola, a fim de

apresentar uma nova proposta quanto ao tema do Relatório final. A proposta foi aceite e, como foi solicitado pela direção, mais tarde procedi ao envio de um pedido de autorização via correio eletrónico, que poderá ser consultado em anexo.

Após a realização dos inquéritos, executei uma análise global a fim de detetar as ideias prévias dos alunos.

O recurso ao inquérito serviu não só para detetar ideias pré-concebidas, como também forneceu informações adequadas para conhecer os interesses dos alunos, para testar as hipóteses de partida.

*Somos ainda obrigados a recorrer a este método para compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, etc., que só são acessíveis de uma forma prática pela linguagem, e que só raramente se exprimem de forma espontânea.*⁵⁰

A técnica utilizada para a inquirição em causa insere-se no questionário fechado, uma vez que as questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fixadas.

O procedimento para a execução do tratamento de dados foi previamente explorado numa reunião com o Doutor Henrique, onde foram analisadas, passo a passo, as estratégias de organização e tratamento de dados.

A análise visual dos inquéritos, já preenchidos pelos alunos, foi fulcral para a planificação de algumas sessões dirigidas ao tema que integra o Relatório final.

No decorrer desta análise foi perceptível que a maioria dos alunos não tinham conhecimento acerca dos principais pontos de embarque para o Brasil no século XVI. A existência de estátuas e bustos de colonizadores do Brasil na cidade natal destes alunos também não foi reconhecida por grande parte dos alunos. Assim sendo, faria cada vez mais sentido inserir o estudo da história local ligada à colonização do Brasil, nas aulas de História e Geografia de Portugal.

A fim de abordar os tópicos referentes à Colonização do Brasil patentes no manual, interrelacionando-os com a história da cidade Natal destes alunos, planifiquei três sessões de História e Geografia de Portugal. Estas três aulas integraram-se no período de lecionação desta área que decorreu de 3 a 17 de maio de 2012. A inclusão da história local, método ausente no programa da disciplina, só foi possível uma vez que a Professora Cooperante disponibilizou as aulas de Apoio ao Estudo.

⁵⁰ GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin – *O Inquérito*, o.c., p. 13.

As sessões que complementam o estudo em questão foram previamente organizadas e planificadas, de modo a atingir o objetivo pretendido. A primeira aula, lecionada no dia 10 de maio, despontou com a administração e colonização do Brasil. Nesta aula utilizei recursos didáticos para apresentar o conteúdo em questão, intercalando com um diálogo, de modo a rever alguns conceitos. Na última parte da aula foram apresentadas, em formato multimédia, algumas imagens alusivas ao Caramuru de modo a estabelecer um diálogo com os alunos, trocando ideias e opiniões. O mote para esta abordagem passou pela análise de um documento do manual “Saber em Ação” cujo assunto se debruçava na participação dos vianenses na colonização do Brasil. Nesse sentido, no final da aula, foi feita uma proposta de trabalho aos alunos, a construção de um documento. Este trabalho de investigação revelou-se bastante produtivo.

A aula seguinte, no dia 15 de maio, iniciou com a apresentação dos documentos, previamente corrigidos. A projeção dos documentos gerou uma discussão rica, onde foi possível comparar os textos com o que havia sido relatado na aula anterior, aquando a apresentação das imagens. Nesta parte, os alunos puderam constatar que não há factos concretos quanto ao tema, os factos divergem de autor para autor.

Com a finalidade de apresentar factos históricos concernentes a Caramuru, e baseando-me em apenas um livro “Os Vianenses na construção do novo mundo” (presente na biblioteca da escola), construí uma apresentação multimédia, em PowerPoint. Esta apresentação foi bastante apelativa, conjugada um conjunto de técnicas que prendeu a atenção dos alunos, tal como imagem, texto, áudio.

A fim de saber o que é que esta prática teria contribuído para a formação pessoal do aluno, foi proposta uma última atividade. Os alunos deveriam narrar, a pares, na primeira pessoa, a história de uma personalidade falada na aula. A atividade despertou o interesse e a criatividade dos alunos que criaram textos coesos.

Devido à falta de tempo não foi possível realizar a dramatização como estava planeado.

Do meu ponto de vista, a integração da história local na história nacional revelou-se bastante relevante, interessante, motivador. Embora esta turma já tenha um especial interesse por esta área do saber, revelaram um interesse acrescido.

CAPÍTULO III

III.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Realizar um inquérito é interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização.⁵¹

Atendendo ao modelo de planificação cedido pela instituição em causa, que abrange as ideias detetadas nos alunos, comecei por realizar um inquérito/questionário. Este método de recolha de dados iniciou com a análise ao processo de elaboração, posteriormente houve a aplicação do mesmo e, por fim, o tratamento e tudo o que envolve a sua utilização. No seguimento da introdução ao inquérito é apresentada a análise de dados. Nesta parte serão analisadas as escolhas dos alunos, as razões pelas quais escolheram aquelas respostas e, em alguns casos, uma interpretação dos dados com base no género.

O recurso ao inquérito serviu não só para detetar ideias pré-concebidas, como também para fornecer informações adequadas para conhecer os interesses dos alunos, para testar as hipóteses de partida. Este inquérito foi aplicado a uma turma do 5.º ano de escolaridade, constituída por vinte e três alunos. Com a aplicação do inquérito pretendia obter determinadas informações, nomeadamente acerca da formação dos alunos, grau de empatia pela disciplina curricular, conhecimentos históricos, nomeadamente sobre “O Império Português no século XVI”.

III.2. O INQUÉRITO

O inquérito, fornecido aos alunos uma semana antes da regência, reúne um conjunto de questões de escolha múltipla e divide-se em duas partes. A primeira parte é relativa aos dados pessoais do aluno, a segunda parte inclui dados informativos sobre história. Antes da aplicação do inquérito procedi ao envio de uma autorização formal à direção da escola. O pedido à diretora de turma e à docente da disciplina de História

⁵¹ GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamin – *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora, 1992. p. 1.

surgiu de uma maneira menos formal, pessoalmente, mas não menos respeitosa. O inquérito, depois de realizado, foi igualmente enviado para todos os responsáveis.

A leitura de bibliografia adequada e a pesquisa e análise de outros inquéritos permitiu uma visão mais realista acerca deste método, como deve ser realizado, aplicado e analisado.

A técnica utilizada para a inquirição em causa insere-se no questionário fechado, uma vez que as questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fixadas.⁵² Este formato foi adotado de modo a evitar os erros dados nas respostas por parte dos inquiridos. O inquérito é um método de recolha de informação fiável e é anónimo, é constituído por questões de escolha múltipla.

O questionário em questão é composto por 33 questões e está dividido em três partes, sendo a primeira destinada aos dados pessoais do aluno, embora seja um questionário anónimo houve necessidade de obter algumas informações sobre o aluno, nomeadamente o sexo. A segunda parte corresponde aos dados informativos do aluno, onde pretendia saber sobre a sua formação, gostos pessoais relacionados com a disciplina de HGP. Os dados informativos sobre história ocuparam a terceira parte do questionário que ostentou questões sobre conhecimentos históricos, nomeadamente sobre o tema “Portugal no século XVI” e, numa última questão, sobre a participação vianense na colonização do Brasil.

O questionário foi aplicado antes de os alunos iniciarem o tema “Portugal no século XVI” de modo a assegurar a origem do conhecimento acerca do tema, importava que o conhecimento tivesse sido adquirido em contexto extraescolar.

A realização dos questionários ocorreu no início de uma aula de HGP, assim, a distribuição direta proporcionou a oportunidade de explicar os motivos e os objetivos do estudo. Os dados foram analisados e tratados o mais rápido possível para que estivessem prontos aquando à implementação das sessões.

Como já foi referido anteriormente, o inquérito é constituído por três partes. A parte inicial é composta por quatro questões acerca dos dados pessoais dos alunos através das quais se pretendia saber a data de nascimento, o sexo, a naturalidade e local de residência (concelho e freguesia). Nesse sentido foi possível verificar que a turma é constituída por vinte e três elementos, dos quais doze do sexo feminino e onze do sexo masculino. Relativamente à data de nascimento, conseguimos afirmar que a maioria dos

⁵² IDEM, p. 64.

alunos nasceu no ano 2001. As crianças do sexo feminino nasceram todas nesse mesmo ano e apenas três rapazes nasceram em anos diferentes (um no ano 1999 e os outros dois no ano 2000). Quanto à naturalidade, os rapazes pertencem quase todos ao concelho de Viana do Castelo, exceto um que pertence ao concelho de Esposende. As raparigas apresentam mais variedade quanto à naturalidade, a grande maioria pertence também ao concelho de Viana do Castelo, mas quatro delas nasceram em concelhos vizinhos, Barcelos, Esposende e Braga. A residência dos alunos situa-se, maioritariamente, no concelho de Viana do Castelo, havendo apenas dois casos onde a residência se situa no concelho de Esposende.

Com estes dados conclui-se que, à partida, todos os alunos conhecem bem a cidade de Viana do Castelo, nomeadamente a zona histórica, um dado significativo para a conclusão deste estudo.

Na segunda parte do questionário, os alunos teriam de responder a um conjunto de questões sobre o percurso escolar, se gostam da escola e da disciplina em causa, os hábitos de leitura e métodos de estudo, entre outros.

Esta parte relaciona, ainda, o gosto da disciplina de História com o número de livros existentes em casa e a leitura. Sendo que o fator familiar é fulcral na vida académica do aluno, foram também questionados acerca do apoio escolar em casa, conversas sobre a escola ou acerca dos estudos. Na terceira parte do inquérito foram testados os conhecimentos dos alunos sobre História.

Com os inquéritos em mão, foi possível avançar para uma análise detalhada dos mesmos em Excel. A análise, tratamento e avaliação das informações obtidas permitiram obter um documento detalhado e conciso, o que facilitou a leitura e compreensão dos dados.

Com base nos inquéritos aplicados à turma, verifica-se que todos os alunos, sem exceção, gostam da escola.

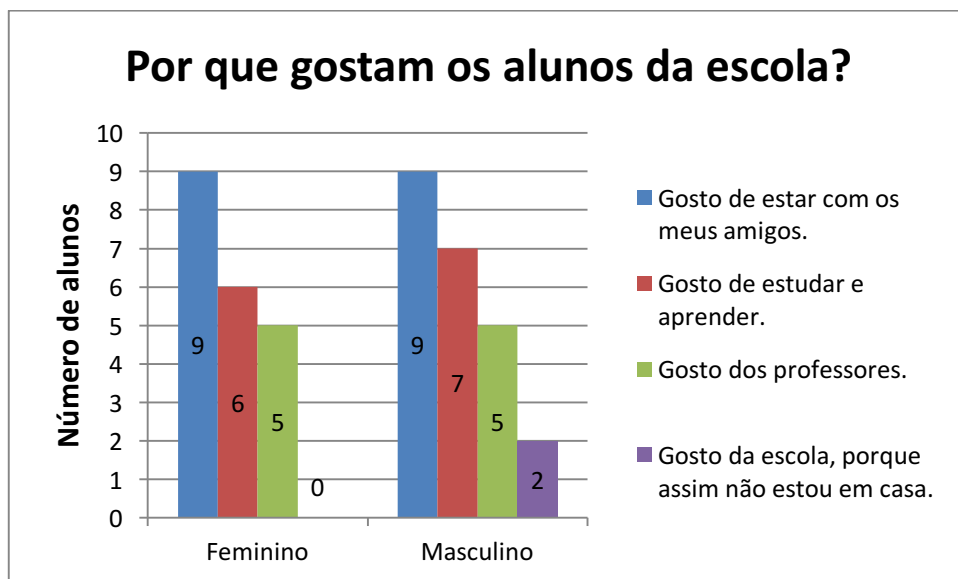


Gráfico 1 – “Por que gostam os alunos da escola?” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

No que diz respeito às razões, verifica-se uma maior incidência no fator amizade, já que é na escola que o aluno inicia as suas relações interpessoais, é neste contexto que se conhece o verdadeiro sentido da palavra amigo. Esta opção faz sentido uma vez que o processo do desenvolvimento da criança nunca poderá excluir o lado afetivo. A dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto na construção do conhecimento quanto na construção da pessoa.⁵³ Como segunda opção, os alunos selecionaram o gosto pelo estudo e pela aprendizagem, aspeto bastante significativo sendo que mostra que os alunos reconhecem a importância da escola. A turma em questão é realmente motivada no processo de ensino-aprendizagem, não esquecendo, de facto, o espírito de entreatajuda, a organização do trabalho de grupo, as relações de afetividade não só em relação aos colegas mas também em relação aos professores. Por isso, e não muito distanciadas no gráfico, os alunos demonstraram gostar dos professores.

⁵³ DANTAS, Heloysa - Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, in La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: *teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1992, p. 85.

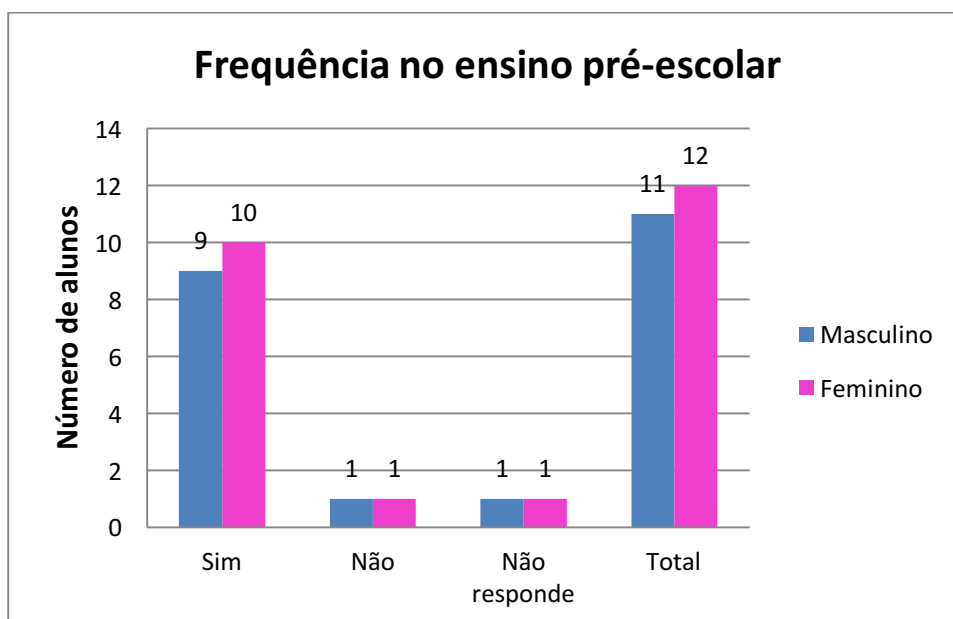


Gráfico 2 – “Frequência no ensino pré-escolar” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

Na turma apenas dois alunos não frequentaram o ensino pré-escolar e três alunos, todos do sexo masculino, já reprovaram em anos anteriores. Estes números são pouco significativos, embora não deixem de ser aspetos a ter em conta nos resultados académicos dos alunos. Verifica-se, ainda, que oito alunos têm apoio pedagógico (sendo que dois dos alunos não responderam à questão) o que não deixa de ser um fator bastante positivo no âmbito escolar. É, ainda, possível averiguar que apenas treze por cento dos alunos não possuem livros de História em suas casas, mas todos eles gostam da disciplina, o que demonstra que o número de livros existentes em casa e o apreço pela disciplina e pelos temas que esta aborda estão estreitamente relacionados. Mais de metade dos alunos tem entre um e cinquenta livros e mais de um quarto dos alunos tem entre cem e quinhentos livros.

O conteúdo programático pelo qual os alunos demonstram ter tido mais interesse já não foi unânime, como podemos verificar no gráfico seguinte.

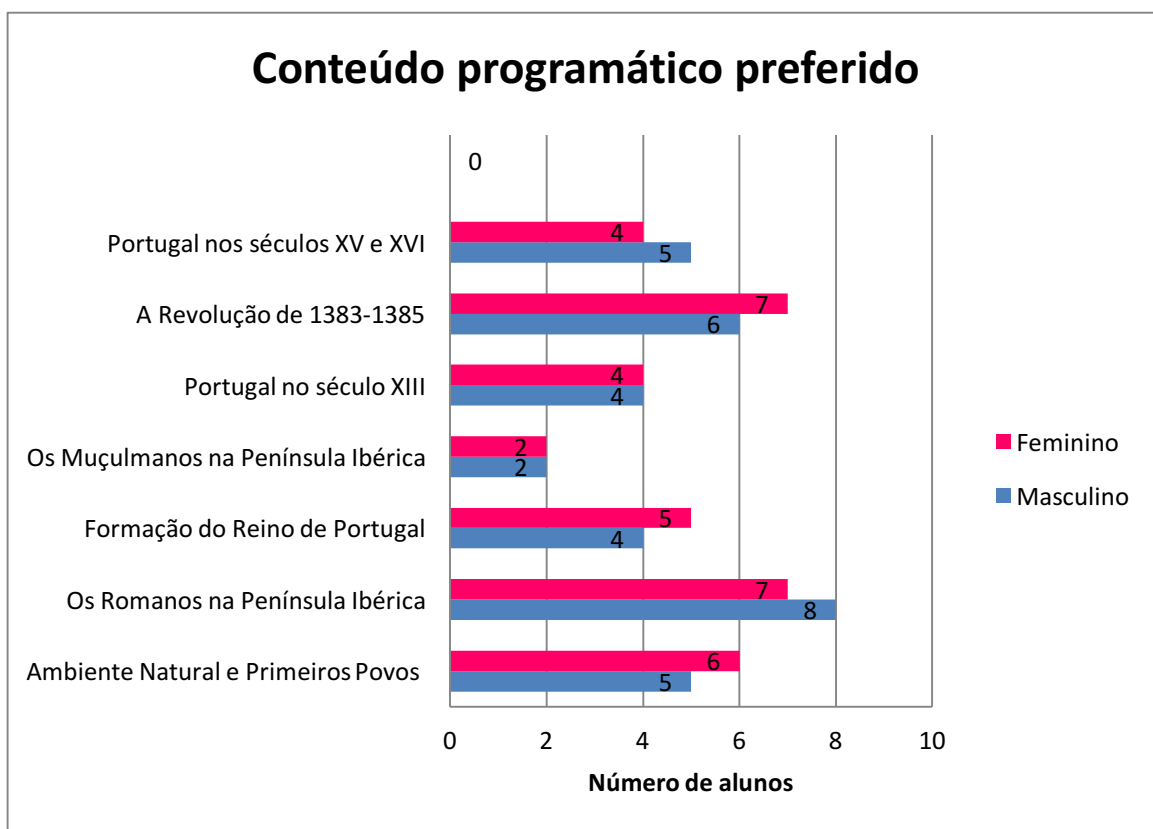


Gráfico 3 – “Conteúdo programático preferido pelos alunos” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

A temática da disciplina de História escolhida pelos alunos como sendo a que mais gostaram foi “Os Romanos na Península Ibérica”, particularmente os alunos do sexo masculino. O sexo feminino elegeu também “A Revolução de 1383-1385” como conteúdo preferido.

Numa outra questão, os alunos são questionados relativamente ao seu hábito de leitura. Todos os alunos responderam afirmativamente. Esta questão levanta algumas dúvidas relativamente à interpretação da pergunta colocada, já que os alunos poderiam ter feito diversas leituras da mesma. À pergunta “Costumas ler?” os alunos poderiam ter respondido “sim” porque costumam ler apenas nos manuais escolares, quando fazem os trabalhos de casa; porque costumam ler jornais, revistas ou textos na internet; porque, realmente, têm hábito de leitura e leem obras literárias com frequência.

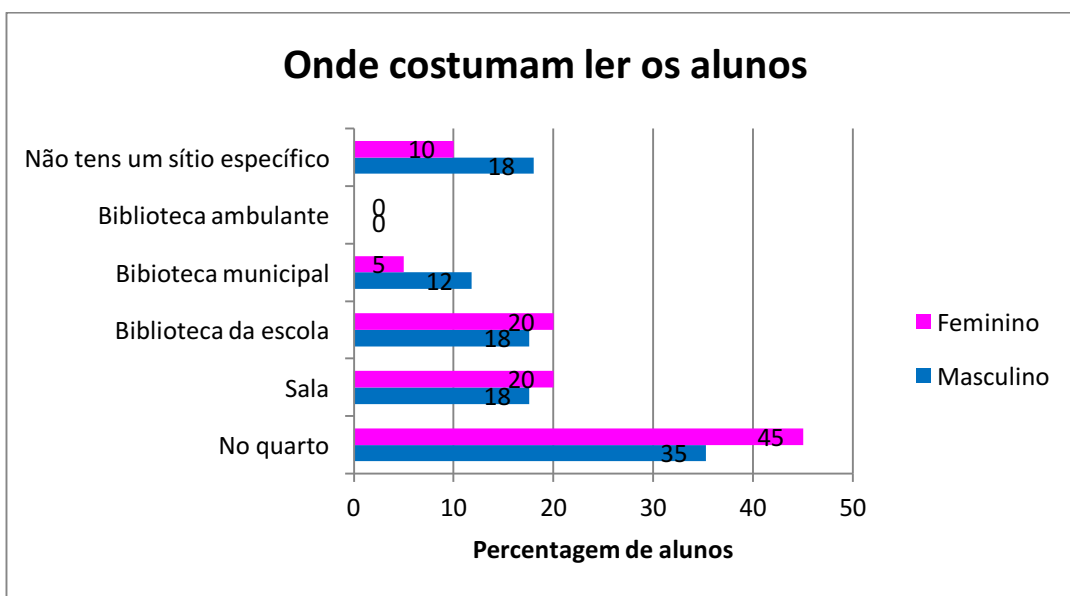


Gráfico 4 – “Onde costumam ler os alunos?” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

A partir dos dados apresentados no gráfico 4, verificamos que o quarto é o local que os alunos escolhem para o momento dedicado à leitura. Segue-se a sala e a biblioteca escolar, com a mesma percentagem de escolha. O quarto é, para muitos estudantes, o local ideal para estudar, uma vez que estão isolados, e assim poderão concentrar-se sem serem incomodados. Poderá tornar-se um sítio pouco adequado para a leitura ou estudo se estiverem presentes objetos que favorecem a distração, como a televisão, o computador, ou outros. Na turma em questão, esta última apreciação parece pouco provável, contudo importa salientar.

No que se refere à frequência com que os alunos estudam podemos verificar, através do quadro abaixo, que a maior parte dos alunos realizam o seu estudo diariamente. Os restantes alunos dividiram-se entre a resposta “frequentemente” e “quando gosto da matéria”.

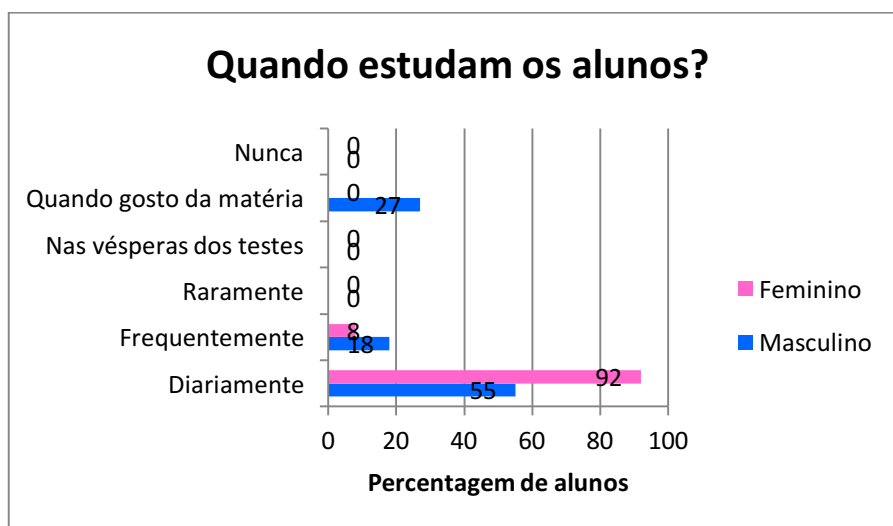


Gráfico 5 – “Quando estudam os alunos?” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

O empenho demonstrado pela maioria dos alunos no estudo diário reflete-se nos resultados, uma vez que se trata de uma turma com um ótimo aproveitamento. Neste contexto 60,9% dos alunos afirmam ter apoio em casa, o que revela um elevado nível de interesse e empenho por parte dos familiares, que contribui para o sucesso escolar destes alunos.

A pergunta que se segue avalia a comunicação dos alunos com os familiares, em casa. A percentagem obtida é bastante satisfatória já que 91,3% dos alunos afirma conversar com os familiares, à partida com os pais ou encarregados de educação.

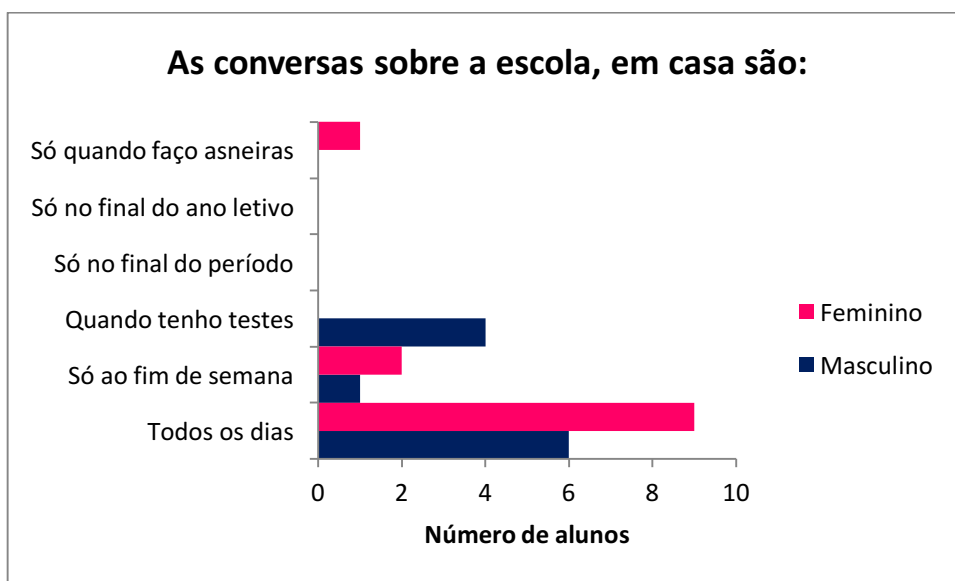


Gráfico 6 – “As conversas dos alunos sobre a escola, em casa” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

É também satisfatória a frequência com que os alunos conversam sobre a escola, já que 64% menciona fazê-lo todos os dias. Como podemos conferir graficamente, há uma quantidade significativa de alunos que assume conversar sobre a escola apenas quando têm testes. Esta prática é ainda muito comum nos dias de hoje, o que reflete uma falta de acompanhamento regular por parte dos pais ou encarregados de educação.

Na terceira parte do inquérito, os alunos responderam a um conjunto de questões sobre o tema Portugal nos séculos XV e XVI, inserido no programa de História e Geografia de Portugal. Nesta última parte do inquérito, os alunos testaram a sua cultura geral acerca de diversas localizações, monumentos, historiadores e datas, já que ainda não tinham iniciado este tema nas aulas. De um modo geral, os alunos mostraram ter conhecimento sobre este tema já que acertaram grande parte das respostas, embora tenham demonstrado alguma insegurança e dúvida em outras. Poderemos verificar isso mesmo na análise feita às questões, apresentadas de seguida.

Na primeira pergunta, da última parte, é questionado aos alunos se Portugal foi pioneiro na Expansão Marítima. As respostas obtidas foram bastante satisfatórias, note-se que apenas um aluno respondeu negativamente. É importante frisar que a turma ainda não tinha iniciado este tema, o que comprova que os alunos não têm conhecimento do mesmo.

Na segunda questão os alunos selecionaram os nomes que estariam ligados à expansão. Mais uma vez demonstraram ter conhecimentos gerais sobre o tema, pois conseguiram destacar as principais personalidades da época, como podemos confirmar no gráfico abaixo.

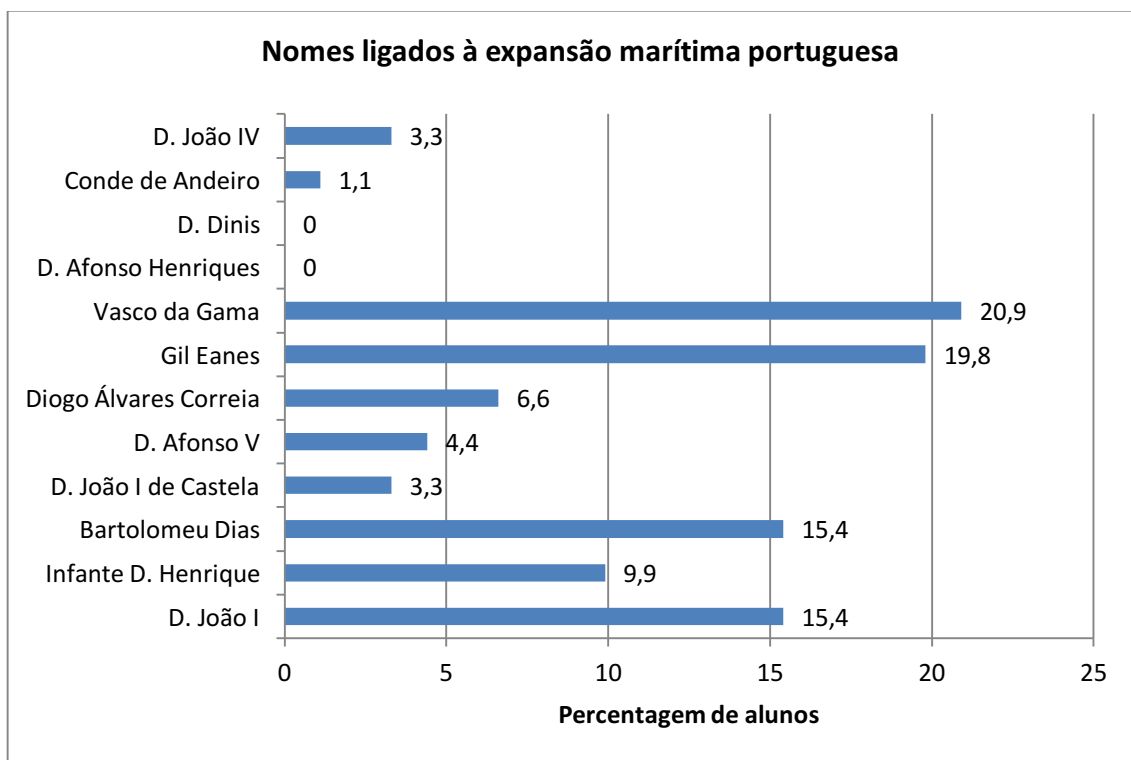


Gráfico 7 – “Nomes ligados à expansão marítima portuguesa” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

Nas duas questões seguintes, os alunos localizaram geograficamente o arquipélago da Madeira e o arquipélago dos Açores. Todos os alunos responderam que estes dois arquipélagos se situam no Oceano Atlântico, houve, por isso, 100% de respostas corretas. Os alunos mostram, assim, ter conhecimentos não só na área de história, mas também noções geográficas.

Os alunos são ainda questionados quanto à constituição destes dois arquipélagos. Em ambas as perguntas a maior parte dos alunos respondeu corretamente, contudo ficaram mais confusos quanto ao número de ilhas que constitui o arquipélago da Madeira. Como podemos confirmar pelo gráfico 7, verifica-se que pouco mais de metade dos alunos selecionou a resposta certa. Quanto ao arquipélago dos Açores, os alunos não tiveram dúvidas.

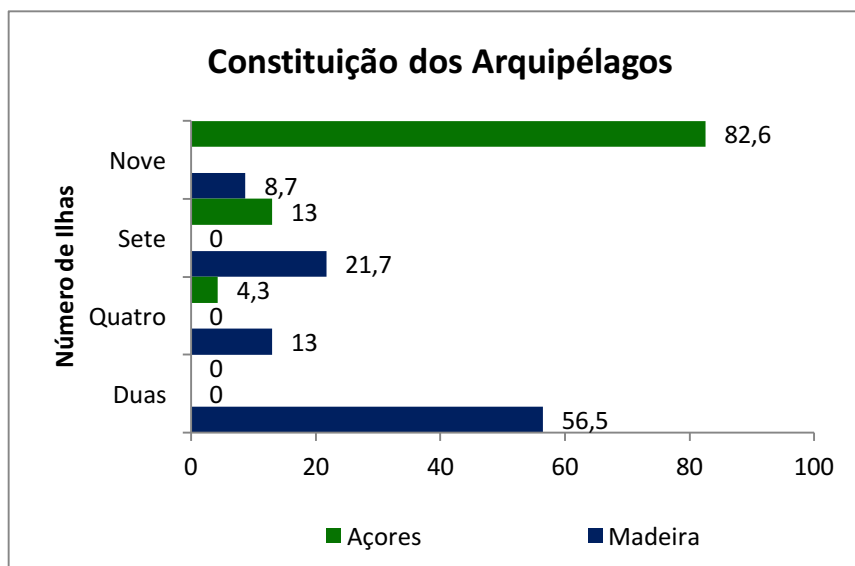


Gráfico 8 – “Constituição dos Arquipélagos” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

Há ainda uma última questão dirigida a estes dois arquipélagos que pretende aferir o conhecimento dos alunos quanto aos produtos cultivados em cada um dos sítios, na época da expansão. Como podemos ver com a ajuda do gráfico 8, os inquiridos seleccionam, em maior percentagem, as três respostas certas. Alguns alunos optaram por não responder, uma vez que ainda não estudaram este conteúdo, preferiram não arriscar.

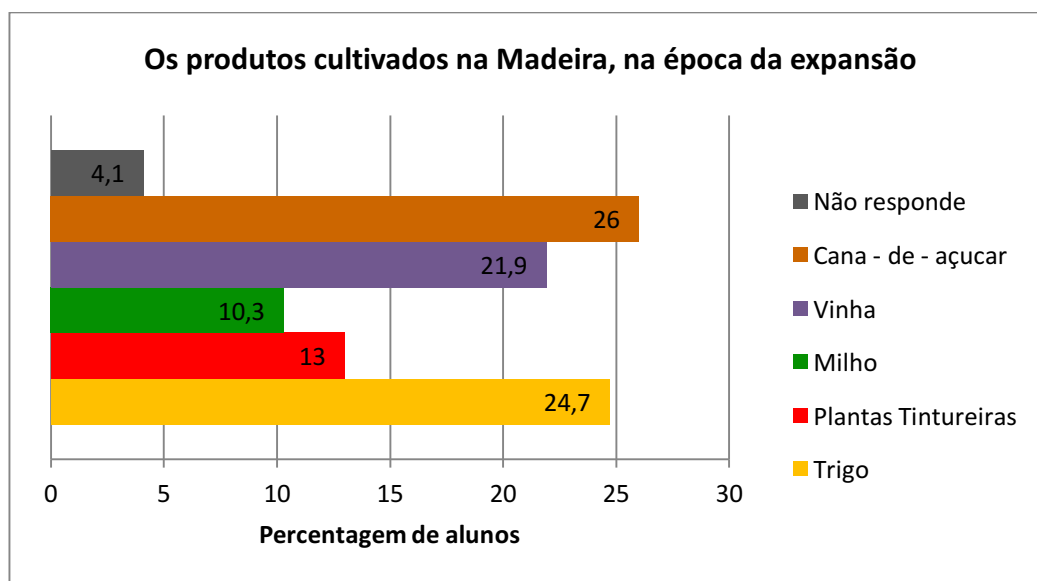


Gráfico 9 – “Os produtos cultivados no Arquipélago da Madeira, na época da expansão” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

No arquipélago dos Açores, os cereais e a cana-de-açúcar foram os produtos escolhidos, os alunos revelam, assim, ter conhecimentos sobre esta temática. Mais uma vez, uma pequena percentagem de alunos prefere não responder.

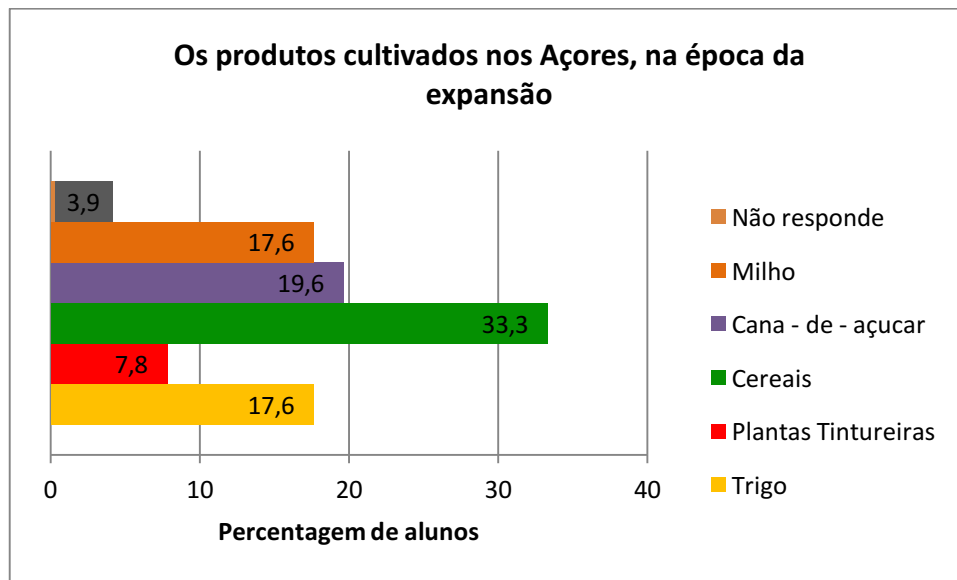


Gráfico 10 – “Os produtos cultivados no Arquipélago dos Açores, na época da expansão” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

De seguida, os inquiridos foram questionados acerca do termo “colonização”. Esta palavra é, do ponto de vista académico, desconhecida por todos os alunos, daí a diversidade de respostas. Em todo o caso, a maior parte dos alunos respondeu corretamente. Alguns alunos preferiram não responder, como podemos conferir graficamente.

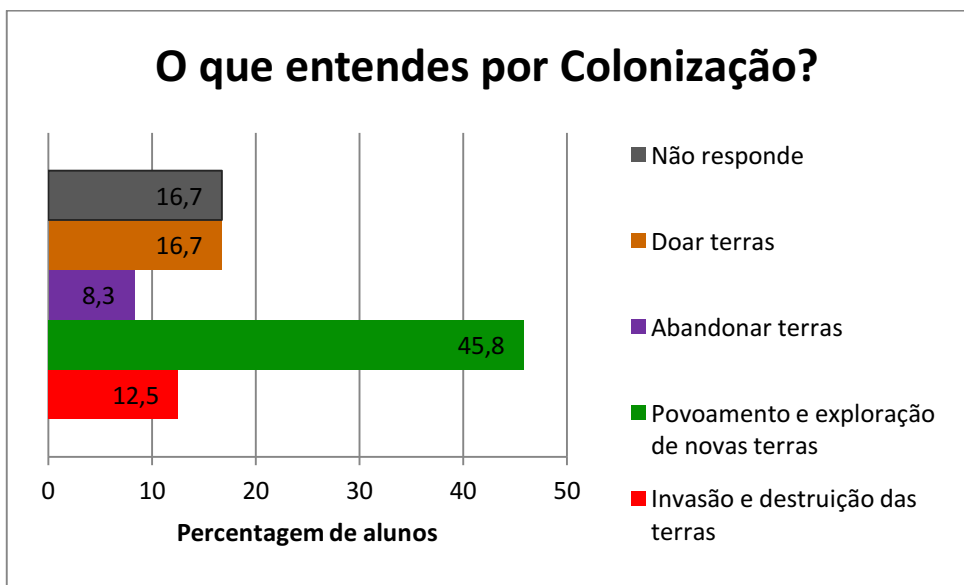


Gráfico 11 – “O que entendes por Colonização?” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

À questão “Quais os continentes explorados e conquistados pelos portugueses?”, os alunos têm como opção os seis continentes. O continente mais escolhido pelos alunos foi a África, seguido da América e da Ásia. Apesar de ainda não terem conhecimento deste conteúdo, os alunos selecionaram em maior percentagem as respostas certas.

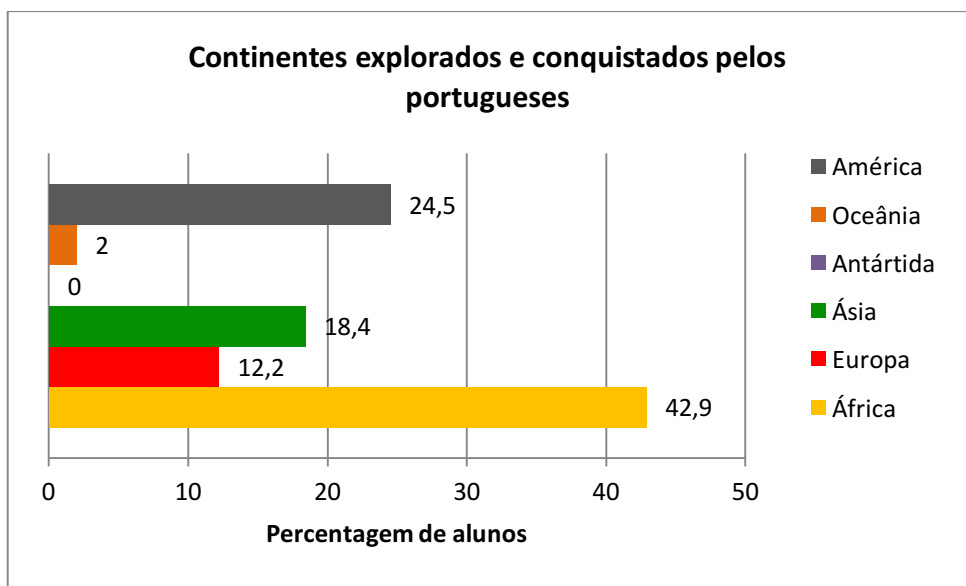


Gráfico 12 – “Continentes explorados e conquistados pelos portugueses” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

No que diz respeito aos produtos existentes em África podemos reparar que todas as opções eram válidas, contudo a resposta dos inquiridos recai sobre o ouro. Parece ser a resposta mais óbvia. Parte dos alunos não sabem a resposta e opta pela abstenção, como podemos ver com a ajuda do gráfico seguinte.

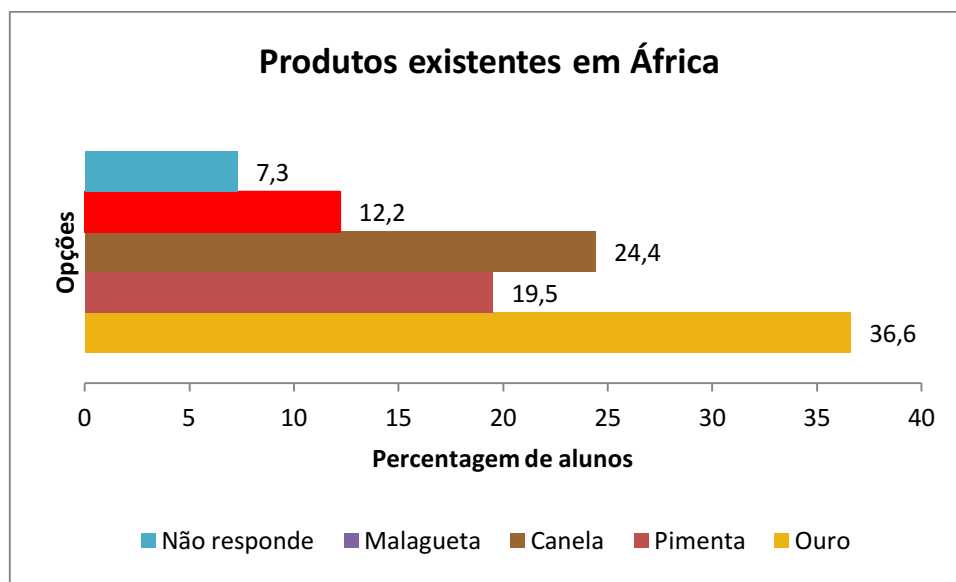


Gráfico 13 – “Produtos existentes em África” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

Posteriormente, os alunos deveriam selecionar a data que corresponde à chegada dos portugueses ao Brasil. Das quatro datas, compreendidas entre 1400 e 1510, 65,2% dos alunos assinalaram o ano 1500. Esta percentagem é pouco satisfatória, uma vez que os alunos já tinham tido conhecimento desta passagem nas aulas anteriores.

As duas questões seguintes pretendem verificar se os alunos relacionam a cidade de Viana do Castelo a esta parte da História de Portugal. É importante saber se a turma tem algum conhecimento sobre a história da cidade onde residem. Da análise do gráfico a seguir apresentado, observa-se que os alunos não encontram qualquer tipo de relação entre esta parte da história e os portos que lhes são mais próximos, como o de Viana do Castelo e Póvoa de Varzim. Os alunos selecionam a cidade de Lisboa como principal ponto de embarque naquela época, seguindo-se a cidade do Porto.

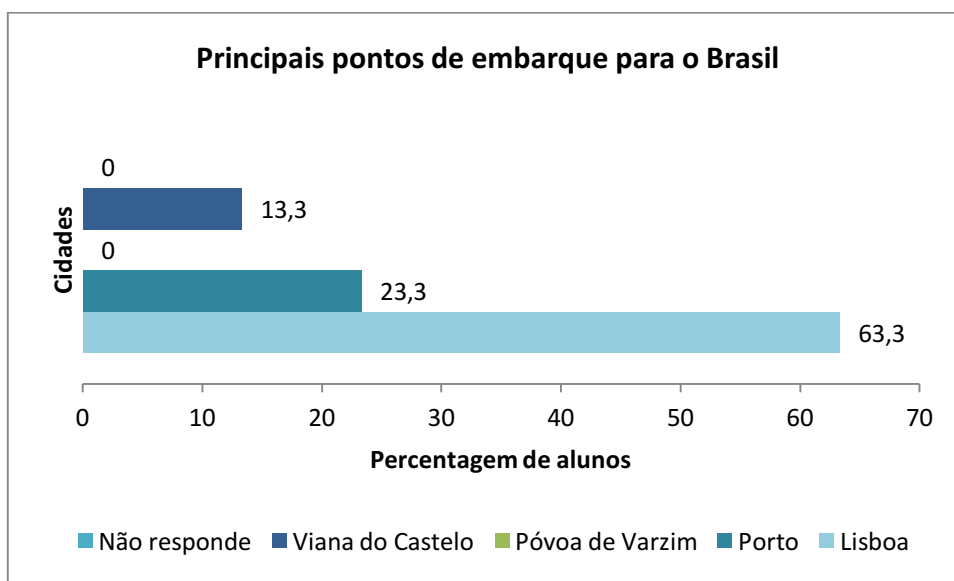


Gráfico 14 – “Principais pontos de embarque para o Brasil” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

Os alunos foram, ainda, questionados sobre as estátuas e bustos presentes na cidade de Viana.

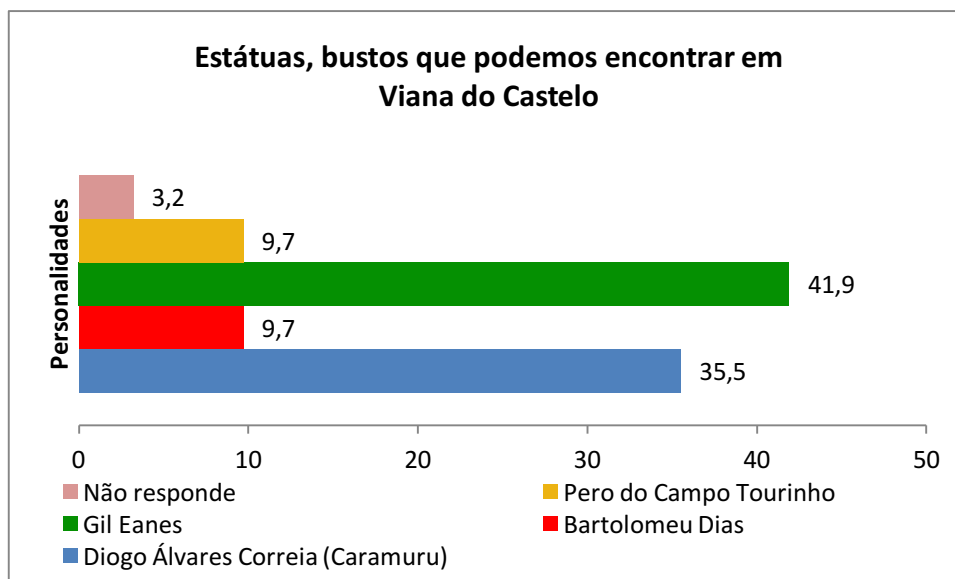


Gráfico 15 – “Estátuas ou bustos que podemos encontrar em Viana do Castelo” (Fonte: elaborado a partir do Inquérito anexo)

Gil Eanes foi a personalidade mais escolhida. É do conhecimento da maior parte dos alunos, senão de todos, a existência do Navio-Hospital situado no porto de pesca de Viana do Castelo. Tudo indica que esta opção causou confusão em alguns alunos por não se tratar de nenhuma estátua ou busto. A segunda opção dos alunos incide sobre Diogo Álvares Correia, uma estátua situada no centro da cidade e, por isso, conhecida pelos alunos. As outras duas estátuas não são do conhecimento das maior parte da turma, é importante lembrar que estas estão localizadas em sítios com menos visibilidade, ou nos arredores da cidade como é o caso da estátua Pero do Campo Tourinho.

Na última pergunta do inquérito pretende perceber-se se os alunos têm a ideia de que a expansão permitiu a partilha de culturas entre os povos. O contacto dos portugueses com diferentes culturas causou, realmente, efeitos duradouros na nossa cultura. Há apenas dois alunos que respondem negativamente.

Esta síntese de resultados apresentada em gráficos permitiu verificar que existem vários fatores que influenciam as respostas dos alunos. O sexo e a frequência no ensino pré-primário, ainda que sejam apenas dois casos, mostram ter influência nas respostas pessoais e informativas sobre história de Portugal. Com a realização deste questionário foi possível, ainda, comparar os conhecimentos dos alunos relativamente à história local, o que permitiu direccionar este estudo e preparar materiais adequados e diversificados que auxiliaram a inclusão da história local nas aulas, proporcionando assim aprendizagens significativas.

Neste capítulo foram apresentadas as questões consideradas mais relevantes, pois o inquérito era muito extenso.

III.3. O Império português no século XVI

Este relatório é composto por diversos temas de modo a que o leitor entenda todo o processo do estudo em causa. Deste modo, é igualmente importante desenvolver um capítulo relacionado com o tema: O Império português no século XVI.

Neste sentido, será selecionada bibliografia para relatar factos ocorridos na época sendo, no entanto, feita uma contextualização, sempre que necessário, de períodos antecedentes. Importa salientar que não será uma descrição exaustiva, serão apenas relatados acontecimentos fundamentais para a aprendizagem dos alunos do 5.º ano de escolaridade. O texto que se segue deverá ser claro e breve, de modo a facilitar a compreensão do leitor.

“Na noite dos séculos o homem povoou o Atlântico de lendas e monstros.”⁵⁴

Para ultrapassar a grave crise do século XIV, a Europa teve necessidade de se abrir ao mundo, procurando noutros continentes os recursos necessários à sua recuperação económica. Portugal foi pioneiro nesse processo de expansão, já que aglomerava condições favoráveis para esse efeito.⁵⁵

O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral e seus marinheiros, em 1500, constituiu o culminar de um longo e científico processo, fruto da tenacidade, perspicácia e aventura do povo português. Teve início na segunda década de quatrocentos com a conquista de Ceuta (1415), descoberta de Porto Santo (1419) e Madeira (1420). Mais tarde Açores (1427), Costa Ocidental da África (1434), Cabo da Boa-Esperança (1488) e, finalmente, o resto do caminho marítimo para a Índia (1497-1499).⁵⁶

Contudo, descobrir não foi suficiente, impôs-se uma outra tarefa mais dura e prolongada, que exigiu a deslocação de populações e montagem de estruturas económicas e administrativas. Chamou-se, na História da Expansão Marítima, colonização (povoamento e exploração de novas terras). Nas novas terras despovoadas,

⁵⁴ MOREIRA, Manuel – *Os vianenses na construção do novo mundo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008. p.179.

⁵⁵ PROENÇA, Maria Cândida – *História de Portugal: Descobrimientos e Expansão Séculos XV e XVI*. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda., 2009. p.8-9

⁵⁶ MOREIRA, Manuel – *Os vianenses na construção do novo mundo*. o.c., p.63-64.

como os vários arquipélagos atlânticos, ou habitadas por populações sem hábitos de economia de mercado (Brasil) recorreu-se ao processo medieval de capitánias-donatárias.⁵⁷ Uma capitania era uma porção de território governada ou administrada por um capitão donatário, pessoa encarregue de povoar a capitania onde poderia cobrar impostos e fazer justiça.

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, no qual a Terra ficou dividida em duas partes iguais pelo meridiano que passa a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, ficou definido que todas as terras descobertas a ocidente dessa linha seriam de Castela e a oriente seriam de Portugal.⁵⁸ Nesse caso, boa parte do território Brasileiro pertencia a Portugal, o Brasil constituía a parcela do Império mais promissora e nacional. Em comparação com a Índia, por exemplo, ficava mais perto, em rota mais segura, clima mais próximo do europeu, com produtos da terra mais populares e indispensáveis à sobrevivência humana, como o açúcar, algodão, pau-brasil, ouro e café.⁵⁹

Quando chegaram ao Brasil os portugueses encontraram florestas densas, pássaros e aves exóticas, povos simples, como os índios, que viviam de recursos naturais (caça, pesca e cultivo de mandioca). Em 1510 organizou-se uma expedição para reconhecer o litoral onde os portugueses se começaram a instalar, a partir do ano seguinte. Segundo relata a carta de Pero Vaz de Caminha, os primeiros contactos com os índios foram apenas uma tentativa de comunicação gestual, que apenas levava a conjeturas e suposições por parte dos brancos. Os índios tinham comportamentos diferentes, rejeitavam a comida que lhes era oferecida e o vinho. Mostravam interesse pelos enfeites e colares, no entanto andavam nus. Só com o tempo, os brancos aprenderam a comunicar com as populações indígenas e, a partir do estabelecimento de feitorias, conseguiram que os índios cortassem os troncos de pau-brasil e os levassem até às embarcações em troca de presentes como machados, anzóis, facas, tesouras.

D. João III dividiu o Brasil continental em várias capitánias, territórios constituídos por faixas com determinada expansão de costa, diversa de umas para as outras, delimitadas por linhas retas, a começar a norte e a terminar no extremo sul. A natural irregularidade da costa conduziu a que resultassem diversas as áreas das várias capitánias que, de início, tinham como limite ocidental a linha imaginária do meridiano estabelecido pelo tratado de Tordesilhas. Cada um desses territórios foi entregue a um

⁵⁷ IDEM, P. 64.

⁵⁸ ALVES, Eliseu, GONÇALVES, Ana Isabel, MENDES, Manuela – *Saber em Acção 5 – História e Geografia de Portugal*. Porto: Porto Editora, 2010. p.143.

⁵⁹ MOREIRA, Manuel – *Os vianenses, o.c.*, p.64.

Capitão Donatário. Se o capitão morresse ou fosse interdito, a capitania seria herdada pelo filho ou descendente mais velho.⁶⁰

A maior parte dos colonos portugueses emigrava sem as mulheres e ficavam por lá, juntando-se com mulheres nativas, dando origem aos mamelucos.⁶¹

Com a exploração do pau-brasil, uma madeira resistente de cor avermelhada muito apreciada na Europa, apareceram os primeiros engenhos, fazendo dos nossos colonos produtores e empresários. Escravos foram traficados de África para trabalhar nesses engenhos, já que os índios brasileiros não eram suficientes e tinham dificuldade em adaptar-se ao trabalho. Em 1539 deu-se início a uma das maiores deslocções de povos entre continentes da Europa, da História, com os escravos vindos da Guiné.⁶² Contudo, a importação de escravos africanos era dispendiosa e estava sujeita à autorização régia.⁶³

D. João III decide, em 1549, criar o cargo de governador-geral, tendo em conta a importância crescente do Brasil e para tornar mais eficaz a sua administração. O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa, encarregado de povoar a Capitania da Baía, fundar uma cidade fortificada, manter boa relação com os índios da região, regular a concessão de sesmarias e o estabelecimento de engenhos.⁶⁴

Tomé de Sousa não demorou a afastar a presença dos corsários da costa, dando apoio militar às capitanias e procurando desenvolver os mecanismos da administração pública. Com a criação do governo-geral a Coroa começou a ter despesas com a administração, antes encarregue dos donatários que assumiam os custos. Tendo sido cumpridas as determinações do Regimento, Tomé de Sousa mandou construir cercas, casas, edificios necessários como igrejas, casa da Câmara ou alfândega.⁶⁵

Os arquipélagos da Madeira e dos Açores foram igualmente ocupados pelos portugueses, desde muito cedo. Na Madeira, ao longo do século XV, adotou-se um sistema administrativo semelhante ao da metrópole, com a criação de vários concelhos em cada capitania. A principal riqueza do arquipélago era o açúcar, cultivados nas ilhas

⁶⁰ REIS, António Matos – *Entre o sucesso e a desgraça Pero da Campo Tourinho fundador de Porto Seguro*. Viana do Castelo: Centro Cultural do Alto Minho, 2000. p.16

⁶¹ ALVES, Eliseu, GONÇALVES, Ana Isabel, MENDES, Manuela – *Saber em Acção*, o.c., p.161

⁶² IDEM, *Ibidem*

⁶³ SILVA, Maria Beatriz Nizza – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.p. 14

⁶⁴ IDEM, p.13.

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*

da Madeira e Porto Santo, seguida da produção de vinho, que a partir da metade do século XVI passou a ocupar o primeiro lugar. O arquipélago dos Açores também cresceu graças à imigração de colonos vindos da metrópole. No início do século XVI já existiam, pelo menos, cinco concelhos. A principal fonte de rendimento deste arquipélago era o trigo, seguido das plantas tintureiras (pastel e urzela).⁶⁶

No continente africano os portugueses não tentaram qualquer povoamento, ao contrário do que aconteceu nas ilhas Atlânticas. Aqui, os portugueses limitavam-se a estabelecer feitorias (grande estabelecimento comercial) e fortalezas (construção fortificada para defesa) que lhes permitissem manter o monopólio do comércio.⁶⁷

Os portugueses estabeleceram diversas feitorias ao longo da costa africana, desde Arguim (por isso designada feitoria de Arguim) até à Serra Leoa. A feitoria de Arguim foi a primeira a ser realizada, em 1450. Nas feitorias prevalecia o tráfico de ouro, malagueta, marfim e escravos.⁶⁸

No Oriente, os portugueses procuraram ocupar pontos estratégicos que permitissem controlar o comércio marítimo. Por essa razão, não procuraram conquistar terras no interior. Goa era a principal cidade do Oriente, seguida de Malaca, outra cidade de grande importância, pela posição estratégica entre o Índico e o Pacífico, era o ponto-chave para o domínio do comércio no Oriente. Ambas as cidades seguiam uma política de casamentos mistos, o que levou ao aumento da população mestiça.⁶⁹

A intromissão dos portugueses no comércio e o desvio das rotas comerciais não agradou aos muçulmanos e aos indianos que atacavam os barcos e as fortalezas portuguesas.⁷⁰

O governador-geral, nomeado pelo rei, era o representante da Coroa e, no caso de ser um nobre importante, adquiria o título de vice-rei e usufruía de maiores privilégios.⁷¹

⁶⁶ PROENÇA, Maria Cândida – *História de Portugal: Descobrimientos e Expansão, Séculos XV e XVI*. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda., 2009.p.80

⁶⁷ IDEM, p.82.

⁶⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira – *História de Portugal Vol. II*. Lisboa: Palas Editores, 1984.p. 265

⁶⁹ PROENÇA, Maria Cândida – *História de Portugal: Descobrimientos e Expansão Séculos XV e XVI*. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda., 2009.p.83

⁷⁰ ALVES, Eliseu; GONÇALVES, Ana; MENDES, Manuela – *Saber em Acção 5*. Porto: Porto Editora, 2010. p.159

⁷¹ MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira – *História de Portugal*. Lisboa: Vista da Cidade de Lisboa, 1991

III.4. A Participação vianense na colonização do Brasil

Diogo Álvares Correia, o Caramuru, estabeleceu relações amigáveis com os índios depois do naufrágio que sofrera. Relacionou-se com uma índia passando, assim, a chefiar uma povoação com cerca de 300 casas e 1000 índios. Ainda assim, servindo de elo de ligação entre os colonos e os índios, não conseguiu evitar a expulsão dos portugueses em 1545.⁷²

Em 1548, Tomé de Sousa recebeu o seu Regimento de governador-geral ficando encarregue de povoar a Capitania da Baía, agora da Coroa, fundar uma cidade fortificada, manter boas relações com os índios da região, regular a concessão das sesmarias e o estabelecimento de engenhos.⁷³

A criação do governo-geral exigiu o pagamento a funcionários régios, iniciando-se, assim, uma segunda fase na colonização do Brasil em que se começou a despender da administração, antes entregue apenas aos donatários e à custa destes.⁷⁴

Diogo Álvares Correia, ou Caramuru para os índios brasileiros, constitui a figura mais enigmática e mítica da história vianense. Diogo Álvares era vianense e disso nunca houve dúvidas. Pertencia a uma família de marítimos, ligados ao tráfico de panos dos países chegados ao Canal da Mancha. Navegavam, eram aventureiros, só assim se explica a viagem para o Brasil. Uma das hipóteses aponta para a possibilidade de Diogo Álvares ter embarcado em algum navio de contrabando de pau-brasil. Era muito jovem, embarcou como aventureiro ou marinheiro. Um dos motivos para as várias viagens que fez para o Brasil aponta para a procura de madeiras essenciais para tingir e fixar as cores dos panos. Casou com uma índia chamada Paraguaçu, tiveram vários filhos e habitavam na Baía, à entrada da Barra.⁷⁵

Em 1531, D. João III enviou uma armada para combater os barcos franceses de contrabando de pau-brasil, composta por cinco navios e chefiada por Martim Afonso de Sousa. A armada entrou na Baía para proceder a reparações e foi então que encontraram Diogo Álvares Caramuru, que foi generoso em informações sobre a terra e os franceses.

⁷² SILVA, Maria Beatriz Nizza – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.p. 13

⁷³ IDEM, p. 13.

⁷⁴ IDEM, p. 13.

⁷⁵ MOREIRA, Manuel – *Os vianenses na construção do novo mundo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008. p.65-67.

Vários filhos de Diogo Álvares foram batizados pelo Padre-Capelão da Armada referida.⁷⁶

Os vianenses empenharam-se na produção e comercialização de açúcar. O porto de Viana cresceu devido à quantidade de navios que ali comercializavam açúcar. Foi desta forma que a cidade cresceu e a população aumentou.⁷⁷

Quando, em 1534, D. João III decidiu dividir o Brasil em capitanias, Pero do Campo Tourinho assumiu o cargo de capitão-donatário de Porto Seguro. Outro vianense aventureiro, ambicioso, com vontade de vencer. Tinha como objetivo construir uma capitania próspera, promissora e capaz de atrair mais colonos. Em setembro do mesmo ano foi-lhe outorgado o foral respetivo. Embarcou no ano seguinte acompanhado da família. Pero do Campo Tourinho distribuiu terras em sesmas, edificou vilas, abriu estradas, decretou engenhos, criou municípios. Como donatário tinha vários direitos, como o de receber impostos ou possuir escravos. Nas sete vilas por ele edificadas o cristianismo era a religião oficial.⁷⁸

Tourinho era um homem de temperamento rude e talvez por isso tenha tido um triste destino. Teve uma vida de desgraças e dor. Morreu em 1554, deixando a Capitania de Porto Seguro a seu filho mais velho. Dois anos depois, assumiu sua irmã Leonor o cargo, que em 1549 vivia ainda em Viana.⁷⁹

As gentes do norte de Portugal, principalmente as do Minho, tinham uma enorme atração pelas novas terras. É certo que “*Viana teve no Brasil a sua segunda pátria.*”⁸⁰

Esta nossa cidade participou desde sempre na grandiosa tarefa de colonização.⁸¹

Os vianenses eram socialmente poderosos em Pernambuco quinhentista, no entanto, no que respeita a números, estavam atrás dos naturais de outras cidades. Havia 30 colonos da cidade de Lisboa e 29 colonos do Porto. Os vianenses eram 15.⁸²

⁷⁶ IDEM, *Ibidem*.

⁷⁷ IDEM, p. 92.

⁷⁸ IDEM, p. 74-75

⁷⁹ IDEM, p. 79

⁸⁰ IDEM, p. 64.

⁸¹ MOREIRA, Manuel – *Os vianenses na construção do novo mundo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008. p.64

⁸² JOHNSON Harold e SILVA Maria Beatriz Nizza da- *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620* – Vol. VI, Editorial Estampa: Lisboa, 1992, p.320

Capítulo IV

EXEMPLO DE UMA AULA

A disciplina de História ainda é apresentada aos alunos, por muitos professores, como algo muito remoto, sem vida, onde só existem factos históricos extrínsecos que não estão ligados à realidade vivida pelos alunos ou que nunca interferiu nas suas vidas. É compreensível que, desta forma, os alunos encarem a disciplina como difícil, onde só é possível decorar factos, datas ou personalidades históricas.

No sentido de aproximar os alunos à realidade histórica nacional através a história local, tal como defende este estudo, foi planeada uma primeira aula para um bloco de quarenta e cinco minutos. A grelha foi disponibilizada pela instituição onde foi desenvolvido o estudo em causa.

A planificação de aula inicia com a apresentação dos pré-requisitos, abordados no 1.º CEB. Segue-se com uma grelha onde são apresentados os temas e conteúdos, de acordo com o currículo nacional, as ideias prévias dos alunos registadas no inquérito aplicado inicialmente, as metas finais, seguindo as situações de aprendizagens onde consta também o sumário da aula e os trabalhos propostos para casa e, por fim, na última coluna da grelha os instrumentos de avaliação. Na grelha não estão detalhados os recursos materiais, no entanto podem ser vistos de forma implícita na descrição das tarefas.

Departamento Curricular/Ciclo: Ciências Sociais e Humanas Disciplina: **História e Geografia de Portugal**

Ano de escolaridade: 5º Ano

Ano letivo: 2011/2012

Duração: 45'

Nome do Professor estagiário: Ana Gonçalves

Data: X Hora: X

Turma: X

Nome do Professor Orientador Cooperante: X

Níveis de formulação de partida (pré-requisitos):

BLOCO 2 — À DESCOBERTA DOS OUTROS E DAS INSTITUIÇÕES

No 3º ano

4. CONHECER COSTUMES E TRADIÇÕES DE OUTROS POVOS

7. OUTRAS CULTURAS DA SUA COMUNIDADE

- Conhecer aspetos da cultura das minorias que eventualmente habitem na localidade ou bairro (costumes, língua, gastronomia, música...).

BLOCO 4 — À DESCOBERTA DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE ESPAÇOS

No 4º ano

1. O CONTACTO ENTRE A TERRA E O MAR

- Localizar no planisfério e no globo os continentes e os oceanos.
- Reconhecer o Oceano Atlântico como fronteira marítima de Portugal.

3. PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

- Localizar no planisfério e no globo os países lusófonos.
- Fazer o levantamento de países onde os alunos tenham familiares emigrados.

Temas/Conteúdos	Ideias detetadas nos alunos	Metas de Aprendizagem (MF e MI)	Estratégias de mudança/Situações de aprendizagem	Instrumentos de avaliação
------------------------	------------------------------------	--	---	----------------------------------

<p>Tema B – Do século XIII à União Ibérica e Restauração (Século XVII)</p> <p>B3 – Portugal nos séculos XV e XVI</p> <p>3.2 – O Império Português no século XVI.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os territórios na América 	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento acerca do ano em que os portugueses chegaram ao Brasil. Os portugueses chegaram ao Brasil em 1492. Os principais pontos de embarque para o Brasil, naquela época, localizavam-se em Lisboa, apenas. Os principais pontos de embarque para o Brasil, naquela época, localizavam-se no Porto, apenas. Os principais pontos de embarque para o Brasil, naquela época, localizavam-se em Viana do Castelo, apenas. 	<p style="text-align: center;">Metas finais</p> <p>O aluno reconhece a diversidade de identidades pessoais, sociais e culturais, explicitando razões, atitudes e consequências de situações de interação pacífica ou de conflito, colocando hipóteses sobre evoluções possíveis à luz da compreensão do passado. (MF 7)</p> <p>O aluno usa/aplica terminologia e conceitos substantivos, essenciais para a compreensão histórica, construídos ao longo da aprendizagem das temáticas em estudo. (MF 9)</p> <p>O aluno compara a distribuição de diferentes fenómenos geográficos, formulando questões</p>	<p>Inicialmente, a estagiária corrigirá o trabalho de casa. Será projetado o documento e respetivas questões. Depois dos alunos responderem às questões, surgirão as respostas, que os alunos devem registar no caderno. Esta análise servirá para fazer a ponte com a aula anterior.</p> <p style="text-align: center;"><u>Tarefa 1: Brasil – Administração e colonização</u></p> <p>A professora projetará uma animação multimédia, em vídeo, intitulado Colonização do Brasil (Cf. Webgrafia e)), como motivação. Depois da visualização, será feita uma interpretação do vídeo.</p> <p>Questões orientadoras do diálogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Qual o motivo de interesse dos portugueses no Brasil? Em que altura se iniciou a colonização do território brasileiro? Qual o primeiro sistema de colonização? Porque é que o sistema de 	<p>Cf. ANEXO a) Grelha de Avaliação HGP</p>
---	--	---	--	--

		<p>relevantes sustentadoras da explicação dessas diferenças. (MF 17)</p> <p>O aluno explica a singularidade de lugares e regiões, através da análise das suas características naturais e humanas. (MF 18)</p> <p>O aluno recolhe informação sobre diferentes lugares e fenómenos geográficos, mobiliza-a na construção de quadros de dados e gráficos, interpretando a informação representada. (MF 20)</p>	<p>produção de canas-de-açúcar estava condenado ao fracasso?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem se tentou apoderar do território? • D. João III criou um novo sistema de colonização. Qual? • Quem foi o primeiro governador geral do Brasil? <p>De seguida, a estagiária sugere aos alunos que abram o manual na página 161. Os alunos devem iniciar a leitura, oralmente. No decorrer da leitura serão estabelecidas ligações com o vídeo observado, de modo a consolidar os conhecimentos.</p> <p>Posteriormente, a professora projeta o documento 2 da página 160 do manual. Este deverá ser lido pela professora, que, de seguida, estabelece um diálogo com os alunos, a fim de interpretar o texto lido, ressaltando o contributo dos vianenses na colonização do Brasil.</p> <p>Questões orientadoras do diálogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem nos relata o modo de vida 	
--	--	--	--	--

			<p>dos colonos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Onde se localiza Pernambuco? • De que trata o documento? • Quais os rendimentos dos colonos? • Qual a origem dos colonos com maior poder em Pernambuco? <p>Esta última pergunta é a questão – chave para o enquadramento do contributo dos vianenses na colonização do Brasil.</p> <p>Neste sentido a professora questiona:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Já sabiam que os vossos conterrâneos (vianenses) estão intimamente ligados à história do Brasil? • O que sabem sobre isso? <p>De seguida, a professora projeta a imagem da estátua de Caramuru, situada na Praça da República, em Viana do Castelo (cf. Anexo VI).</p> <p>Questões orientadoras do diálogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecem esta estátua? 	
--	--	--	---	--

			<ul style="list-style-type: none"> • Onde se localiza? • Quem foi Caramuru? <p>Por fim, a professora lança um desafio aos alunos:</p> <p>T.P.C. Construção de um documento: recolher informações (em livros, internet, revistas, documentos) que gostassem de partilhar com os colegas, sobre a participação dos vianenses na colonização do Brasil. Com a informação recolhida devem criar um documento (idêntico aos que surgem ao longo do manual). O documento deve ser breve (no máximo 10 linhas), incidir apenas num assunto e pode incluir uma imagem.</p> <p>Este trabalho deverá ser realizado por cinco grupos de quatro elementos e um grupo de três. Deverá, ainda, ser enviado para o correio electrónico da professora até dia 14 de maio.</p>	
--	--	--	--	--

			Sumário: O domínio e exploração dos territórios na América / Brasil.	
--	--	--	--	--

CAPÍTULO V

Conclusão

V.1. Principais conclusões da investigação

O objetivo de estudo deste relatório baseava-se, fundamentalmente, em alargar conhecimentos sobre a história do meio em que os alunos se encontram inseridos e, assim, aproximar a história local à história nacional. A consulta e a leitura de diversos documentos e livros adequados ao tema facilitaram o cruzamento destas duas realidades. O trabalho com a história local que se sugerido, neste trabalho, como recurso didático, poderá aplicar-se não só ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, mas também ao 1.º Ciclo. Surge, desta forma, como uma técnica para desenvolver atividades de ensino. No 1.ºCEB poderá emergir para incidir na formação da consciência histórica dos alunos e no 2.º ciclo poderá ser mais direcionada para uma determinada temática, como no caso deste estudo.

Numa fase inicial da pesquisa, os alunos ainda não tinham qualquer conhecimento sobre o tema “Portugal nos séculos XV e XVI”. No inquérito aplicado previamente à intervenção, os alunos mostraram ter alguns conhecimentos gerais acerca deste tema. Todos os alunos assumiram desconhecer qualquer ligação entre Viana do Castelo e a Época dos Descobrimentos, em contrapartida, a maioria sabia da existência da estátua de Caramuru no centro da cidade.

O enquadramento teórico abrange diversos assuntos imprescindíveis para a concretização deste relatório. Entre eles destaco a Didática, essencial para a planificação das aulas, para que sejam lúdicas, enriquecedoras e promovam aprendizagens significativas. Destaco, de igual forma, as visitas de estudo, uma mais-valia para a aproximação do aluno à história do seu meio, só assim o aluno poderá conhecer a história, as tradições e manifestações artísticas que marcaram o desenvolvimento histórico da sua cidade.

Nesta fase de conclusão não há, ainda, a certeza de que seria uma prática bem-sucedida. Neste caso, pelo facto de ter sido implementada num curto espaço de tempo e, por isso, estar incompleta. Ainda que esta prática seja defendida por muitos autores, parece estar longe de ser desenvolvida. A perspetiva de ensinar história passa pelos

objetivos, as finalidades educativas, os currículos prescritos e os manuais. Para ser possível seria necessário repensar a História, as metodologias e as práticas de ensino.

V.2. REFLEXÃO GLOBAL

O texto que se segue assenta numa análise crítica e reflexiva acerca do percurso académico, especificamente do Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico. Pretendo, assim, contemplar a perspetiva de aluna e de futura docente, dando especial focagem ao último estágio e à investigação paralela a este.

Desde a licenciatura, no meu caso, concluída na Universidade do Minho, até ao estágio houve uma evolução gradual na aprendizagem entre a teoria e a prática. Esta evolução permitir-me-á ser uma profissional com conhecimento científico e pedagógico, ter a arte de aprender todos os dias, ter confiança no poder da educação. Ambas as aprendizagens, teóricas e práticas, estudadas isoladamente ou em paralelo, foram bastante enriquecedoras. Destaco maior importância às aprendizagens vivenciadas e experienciadas no terreno, uma vez que permitiram uma maior aproximação à realidade que me espera. É um “direto”, sem câmaras, mas onde poderá ser necessário responder a situações imprevistas. A ação no terreno foi uma ótima experiência para mim, foi um sonho tornado realidade. Todo este processo não teria sido possível, evidentemente, sem as indicações dos professores orientadores, sempre disponíveis a ajudar e a esclarecer dúvidas.

Quanto à intervenção pedagógica, o tempo de prática é curto, uma vez que nos é exigido um trabalho rigoroso em todas as áreas. No entanto, foi no período de estágio que vivenciamos as experiências mais enriquecedoras. Nesta fase ensinamos e aprendemos, beneficiamos de uma troca de saberes que nos fez sentir a realidade desta profissão.

A PES I decorreu em contexto de 1.º Ciclo do Ensino Básico, numa turma do 3.º ano. As planificações das aulas, a supervisão dos Professores Cooperantes e a presença da Professora titular de turma, assim como as reflexões no final do dia, foram situações novas que exigiu um esforço e uma organização diária. Os conteúdos a lecionar em cada aula deveriam ir bem estudados, houve a necessidade de criar diversos materiais de

apoio para motivar os alunos, possibilitando-lhes aprendizagens significativas. Todo este processo exigiu um investimento emocional, um investimento monetário e um investimento de muitas horas de trabalho.

No 2.º Ciclo do Ensino Básico vivenciamos uma realidade completamente diferente, novo contexto educativo, novos métodos, novas aprendizagens, novos alunos. Este contexto é assegurado pela pluridocência, o que o distingue do 1.º CEB. Contudo, é a monodocência no 2.º Ciclo, para a qual estamos habilitados, que exigiu um esforço acrescido da nossa parte. Neste ciclo de ensino lecionamos durante duas semanas, no meu caso, numa turma de 5.º ano. Como já referi ao longo do relatório, era uma turma bastante empenhada, atenta e disciplinada, o que facilitou bastante a intervenção. O facto de intervirmos no 2.º período facilitou o contacto com as crianças, pois já estavam integradas em todo o contexto escolar. Neste novo ciclo as crianças tornam-se mais autónomas, pois passam a ter a responsabilidade de trocar de sala, de comprar a senha para o almoço e comprar o próprio lanche. Têm novos espaços para explorar, como a biblioteca e a sala dos computadores, entre outras rotinas a que não estavam habituadas, como apanhar o autocarro. Entende-se, assim, que o 1.º período é uma fase de adaptação. A relação professor-aluno acaba por ser mais distante, já não há uma conversa sobre o fim-de-semana ou sobre as férias. A relação aluno-professor acaba, assim, por se tornar mais distante também.

Neste ciclo de ensino lecionamos durante doze semanas, repartidas igualmente pelas quatro áreas (Português, Matemática, Ciências Naturais e História e Geografia de Portugal). O tempo revelou-se bastante escasso, pois deveríamos lecionar determinados conteúdos num espaço curto de tempo. Esta falta de tempo acentuou-se ainda mais na área de História e Geografia de Portugal, onde apliquei os planos para dar resposta ao tema deste relatório.

O tempo de regência neste ciclo foi bastante enriquecedor, os professores titulares de turma estiveram sempre disponíveis para dúvidas, os professores cooperantes sempre atentos às planificações para que nada falhasse. O facto de a turma ser muito boa a todos os níveis não facilitou por completo a nossa intervenção, uma vez que os alunos intervinham constantemente, queriam saber sempre mais. Para estas aulas a nossa preparação deveria ser sobretudo a nível científico, embora também tivesse construído alguns materiais de apoio. Um aspeto que considero bastante

enriquecedor foram as reflexões no final de cada aula, as críticas construtivas e as sugestões que nos fez melhorar a cada aula. Nesta fase senti mais dificuldade em realizar as Fichas de Avaliação, era uma estreia, mas com a ajuda dos professores titulares de turma consegui fazê-lo, gozando até de alguns elogios após a sua consecução.

Na fase inicial de cada prática pedagógica foi fundamental a observação direta das turmas, baseou-se no estudo de cada turma, com o objetivo de conhecer os seus hábitos e práticas, para posteriormente proceder à ação, isto é, a intervenção no contexto sala de aula, sem alterar o ritmo da turma. A partir do momento que não pretendia intervir de forma isolada, ou seja, fora do ritmo normal das aulas, foi necessário saber em que ponto se encontravam as turmas e, para isso, o diálogo com os professores titulares de turma foi fundamental para que a prática pedagógica corresse da melhor forma. Não menos relevante, foi a observação das relações, relação professora - alunos/ alunos - professora, relações interpares ou relações em grupo. Ao longo deste processo, todos os procedimentos de registo e reflexão continuada permitiu-nos estabelecer uma autoavaliação crítica.

Quanto às reflexões individuais e de grupo, realizadas em ambos os ciclos, partiram durante o processo de escrita das notas de campo e terminaram apenas no final das intervenções. Numa primeira fase, a de observação, esta tarefa pareceu pouco ou nada complicada, no entanto, no seu decorrer surgiram algumas dúvidas “Será que recolhi as informações necessárias?”, “Se calhar deveria ter perguntado o porquê”, entre outras. É natural, que estas interrogações só surjam após uma análise, uma interpretação dos dados. A reflexão após as intervenções permitiu-me, de certa forma, reviver os acontecimentos, e, em grupo, podemos corrigir algumas lacunas e melhorar em diversos aspetos. É importante não deixar passar muito tempo após cada intervenção, pois a perspetiva não será a mesma. Todo este procedimento permitiu-me avaliar todo percurso e considerar todas as evoluções.

Parte III

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLARD, Michel, LEFEVRE, André, FRAGA, Gustavo De - *A história e o seu Ensino*. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.
- ALVES, Eliseu; GONÇALVES, Ana Isabel; MENDES, Manuela – *Saber em Acção 5*. Porto: Porto Editora, 2010.
- ALVES, Luís Alberto Marques - *A História local como estratégia para o ensino da História in Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.
- ANTAS, Mário Nuno do Bento - *A Didática da História e o Ensino da História*. Lisboa: Universidade Lusíada, 2004.
- ANTÓNIO, Camilo Cunha – *Formação de Professores: A Investigação por Questionário e Entrevista – Um Exemplo Prático. Vila Nova de Famalicão*. Editorial Magnólia, 2007.
- AZEVEDO, Ana Moreira; AZEVEDO, Ana Gonçalves de – *Metodologia Científica: Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Científicos*. 9ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.
- BARCA, Isabel - *Perspectivas em Educação Histórica*. Braga: Universidade do Minho, 2001.
- BARREIRA, Aníbal [et. al] - *HistGeo5: História e Geografia de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: ASA, 2010.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa – Formação do Império (1415-1570)*. Vol. 1. Espanha: Círculo de Leitores, 1998.
- BODGAN, Robert; BLIKEN, Sari – *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

- CARDIM, Pedro - *Grande História Universal: A Época dos Descobrimentos*. Alfragide: Ediclube, 2006, vol. 12.
- CAPELO, Rui Grilo [et. al] - *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda. e Autores, 1994.
- CITRON, Suzane - *Ensinar a História Hoje: a memória perdida e reencontrada*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Colecção Perspectivas Actuais - *Professores e ensino num mundo em mudança - in Relatório mundial de educação 1998*. Porto: Edições ASA, 1998.
- COMÉNIO, João Amós - *Didáctica Magma: Coménio – Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - *Navios e navegações: Portugal e o Mar. Oceanos*, 1999. (Número 38), 103-110.
- CORTESÃO, Jaime – *Obras Completas 2 – Os Descobrimentos Portugueses – II*. Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1990.
- CORTESÃO, Jaime – *Obras Completas 5 - Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.
- CUNHA, António Camilo – *Formação de Professores: A investigação por questionário e entrevista – Um exemplo prático*. Vila Nova de Famalicão: Editorial Magnólia, 2007.
- DANTAS, Heloysa - Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon, in La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1992.
- DOMINGOS, Ana Maria, NEVES, Isabel, GALHARDO, Maria Luísa - *Uma Forma de Estruturar o Ensino e a Aprendizagem*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- DUARTE, Luís Miguel – *O Rio da minha Aldeia – Virtudes pedagógicas da História Regional e local*, In *Revista O Estudo da História*, n. 93, Associação de Professores de História. Lisboa: 1998.

- ESTEVES, Lídia Máximo – *Visão Panorâmica da Investigação-ação*. Porto: Porto Editora, 2008.
- FELIX, Noémia – *A História na Educação Básica*. Lisboa: Ministério da Educação, 1998.
- GARCIA, José Manuel - *O Mundo dos Descobrimientos Portugueses: O Infante D. Henrique e o Início da Globalização*. Vila do Conde: Printer Portuguesa, 2012a, vol. 1.
- GARCIA, José Manuel - *O Mundo dos Descobrimientos Portugueses: D. João II e os Rumos da Expansão*. Vila do Conde: Printer Portuguesa, 2012b, vol. 2.
- GARCIA, José Manuel - *O Mundo dos Descobrimientos Portugueses: A Abertura do Caminho Marítimo para a Índia*. Vila do Conde: Printer Portuguesa, 2012c, vol. 3.
- GARCIA, José Manuel - *O Mundo dos Descobrimientos Portugueses: O Mais Longínquo Oriente*. Vila do Conde: Printer Portuguesa, 2012d, vol. 8.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin – *O Inquérito*. Oeiras: Celta, 2001.
- GODINHO, Vitorino Barbosa de Magalhães - *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, vol. 1.
- JOHNSON Harold; SILVA Maria Beatriz Nizza da, *O Império Luso-Brasileiro 1500-1620 – Vol. VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- HUOT, Réjean – *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- LEITE, Duarte – *História dos Descobrimientos*. Lisboa: Colectânea deesparos organizada por V. Magalhães Godinho, 1960.
- LIMA, Marinús Pires – *Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia*: Editorial Presença, 2000.
- MARTINS, Adolfo Silveira - *A Arqueologia Naval Portuguesa (Séculos XIII a XVI)*. Tese de doutorado, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2001. Dissertação de Doutoramento.

- MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira – História de Portugal Vol. II. Lisboa: Palas editores, 1984.
- MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira - *Nova História da Expansão Portuguesa: A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 3.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel – *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol. VI.
- MARQUES, Eulália Teigas – História local, património cultural e o ensino da história in Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- MARQUES, Ramiro - *MUDAR A ESCOLA - NOVAS PRÁTICAS DE ENSINO*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- MATTOSO, José – *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Vol. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MENDES, Isilda - O Ensino da História na 1.ª República in Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História - "Comunicações". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- MINISTÉRIO da Educação - *Organização Curricular e Programas Ensino Básico – 1º Ciclo*. M.E./DEB – NEPE. 5ª ed. Lisboa, 2006
- MONTEIRO, Manuela – Intercâmbios e Visitas de Estudo in Carvalho, Adalberto Dias – *Novas Metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora, 1995.
- MONTEIRO, Miguel Alves – Estudos locais e o ensino da história in Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- MOREIRA, Manuel – *Os vianenses na construção do novo mundo*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Manuela – *As Visitas de Estudo e o ensino e a aprendizagem das Ciências Físico-químicas: um estudo sobre concepções e práticas de professores e alunos*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

- PADILHA, Paulo Roberto - *Planeamento dialógico: como construir o projecto-pedagógico da escola*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.
- PERES, Damião – *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto: Portucalense, 1943.
- PESTANA, Manuel Inácio - *Didáctica da História: Guia de Introdução Didáctica*. Coimbra: Atlântida Editora, 1973.
- PROENÇA, Maria Candida - *Didáctica da História: textos complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1989.
- PROENÇA, Maria Cândida – *História de Portugal: Descobrimentos e Expansão, Séculos XV e XVI*. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda., 2009.
- QUINTAS, Maria da Conceição - *A História local como ponto de partida para a vivência de um momento histórico in Primeiro Encontro sobre o Ensino da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- REINEL, Carta de Jorge, c. 1540 - *A Astronomia Náutica e os Descobrimentos Portugueses: Viagem de Bartolomeu Dias*, Lisboa: Planetário Calouste Gulbenkian, 1998.
- REIS, António Matos - *Entre o sucesso e a desgraça: Pedro do Campo Tourinho, fundador de Porto Seguro*. Viana do Castelo: Centro Cultural do Alto Minho, 2000.
- RODRIGUES, Henrique – *Didáctica e Pedagogia do Ensino da História: Um conjunto de experiências*. (policopiado), Viana do Castelo, 1986.
- RODRIGUES, Henrique – *O papel formativo da História*. (policopiado), Viana do Castelo, 1986.
- RODRIGUES, Henrique – *Pedagogia e Didáctica da Montagem Audiovisual*, in *Primeiro Encontro sobre o Ensino da História – “Comunicações”*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- ROLDÃO, Maria do Céu – *Conhecimento, didáctica e compromisso: o triângulo virtuoso de uma profissionalidade em risco*. Porto: Centro de Estudos para o

Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia - Universidade Católica Portuguesa, 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista – *Metodologia de Pesquisa*, 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2006.

SEBARROJA, Jaume Carbonell – *A Aventura de Inovar - A mudança na escola*. Porto: Porto Editora, 2001.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal: Século de Ouro (1495 - 1580)*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1978, vol. III.

SILVA, Maria Beatriz Nizza – *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

SOUSA, Ana de; PATO, Aureliana; CANAVILHAS, Conceição – *Novas Estratégias - Novos Recursos no Ensino da História*. Rio Tinto: Edições ASA, 1993.

VEIGA, Carlos, WLADIMIRO, Victor – *Portugal e o Mundo nos Séc. XV e XVI*. Lisboa: E. Santos, 1983.

Anexos

Anexo 1 - Planificações escolhidas para as reflexões

Nas planificações apresentadas de seguida estão referidos determinados anexos, documentos, imagens, entre outros elementos, que não se encontram no presente trabalho.

As planificações foram realizadas a partir do modelo adotado pela instituição em questão, ao critério de cada Professor Cooperante. Deste modo é possível que haja elementos distintos em cada planificação.

Departamento Curricular/Ciclo:

Disciplina: Língua Portuguesa

Ano de escolaridade:

Ano letivo: 2011/2012

Duração: 90'

Nome da Professora estagiária: Ana Inácia da Silva Gonçalves

Data: 19/ 4 / 2012

Hora: 14H20 às 15H50

Turma: X

Nome da Professora Orientadora Cooperante: XXXXX

Níveis de formulação de partida (pré-requisitos): Lenda; Nota, apontamento; Nome; Verbo.

Temas/Conteúdos	Ideias detetadas nos alunos	Metas de Aprendizagem (MF e MI)	Estratégias de mudança/Situações de aprendizagem	Instrumentos de avaliação
<p>Leitura</p> <p>Lenda</p> <p>Compreensão do oral/Expressão do oral</p> <p>Apresentação oral</p> <p>Tomada de notas</p> <p>Coerência</p> <p>Síntese</p>		<p>Domínio: Compreender Discursos orais e Cooperar em situações de Interação</p> <p>Subdomínio: Compreensão de Discursos Orais</p> <p>O aluno elabora relatos que resumam discussões em grupo. (MF2)</p> <p>- Faz perguntas relevantes e comentários pertinentes acerca de exposições e de debates.</p> <p>O aluno resume exposições orais, integrando informação visual que as apoie e explicando o modo como ela contribui para a clarificação do assunto. (MF3)</p> <p>- Resume exposições orais, integrando informação visual que as apoie.</p>	<p>Tarefa 1:</p> <p>A estagiária projetará o título do texto presente na página 140 do manual, “A lenda dos nove irmãos”, juntamente com a ilustração. (CF. Anexo XIII)</p> <p>De seguida, questionará os alunos:</p> <p>- A que tipo de texto se refere este título? (R. <u>Lenda – Texto narrativo</u>)</p> <p>- O que é para vós uma</p>	<p>Grelha de avaliação</p> <p>(cf. Anexo a)</p>

<p>CEL</p> <p>Nome</p> <p>Verbo</p>		<p>Domínio: Expressar oralmente ideias e Conhecimentos</p> <p>Subdomínio: Organização do Discurso</p> <p>O aluno expõe informação sobre um tema, usando descrições pertinentes para destacar os aspetos mais importantes. (MF 8)</p> <p>O aluno narra com pormenores descritivos situações vividas e imaginadas.</p> <p>- O aluno descreve cenas (eg. Paisagens; imagens) e objetos observados.</p> <p>O aluno usa o vocabulário técnico exigido nas disciplinas curriculares (MF9)</p> <p>- O aluno usa vocabulário diversificado.</p> <p>Domínio: Compreender e interpretar textos</p> <p>Subdomínio: Identificação de ideias centrais e de pormenores relevantes</p> <p>O aluno identifica as ideias centrais do texto e fundamenta-as com pormenores adequados. (MF 13)</p> <p>O aluno usa pormenores do texto para compreender inferências. (MF 14)</p> <p>O aluno identifica no texto a sequência lógico-cronológica de eventos ou de factos e a progressão das ideias. (MF 15)</p> <p>O aluno parafraseia parágrafos do texto. (MF 16)</p>	<p>lenda? (<u>Resposta pessoal</u>)</p> <p>No decorrer das respostas apresentadas pelos alunos a estagiária registará no quadro as suas ideias, para serem confrontadas mais tarde.</p> <p>A estagiária prosseguirá com o diálogo, para que os alunos antecipem o assunto do texto:</p> <p>- Tendo em consideração o título e a ilustração, de que tratará o texto?</p> <p>- Quando e onde terá decorrido a ação?</p> <p>- Quantas personagens intervirão?</p> <p>- Como será o desfecho?</p>	
--	--	--	---	--

		<p>O aluno resume um parágrafo do texto. (MF 17)</p> <p>O aluno extrai conclusões da informação contida no texto. (MF 18)</p> <p>O aluno estabelece relações entre partes do texto (e.g.: episódios) (MF 19)</p> <p>Domínio: Estruturar e Analisar Unidades Sintáticas</p> <p>Subdomínio: Identificação de Constituintes das Respetivas Funções Sintáticas</p> <p>O aluno identifica e distingue os tipos de frases e mobiliza esse conhecimento em situações de uso da língua, orais e escritas. (MF 91)</p> <p>O aluno usa as propriedades de seleção de tempo e de modo dos verbos superiores e dos conectores que fazem parte do seu capital lexical na compreensão e na produção de frases complexas. (MF 98)</p> <p>O aluno reconhece cadeias anafóricas, usando pistas morfológicas e lexicais (e.g.: informação de número e género dos antecedentes potenciais, propriedades dos</p>	<p>Depois desta abordagem, a estagiária sugere aos alunos que abram o manual na página 140. A estagiária prosseguirá com a leitura do texto.</p> <p>Tarefa 3:</p> <p>A estagiária promoverá um diálogo com a finalidade de comparar as ideias prévias dos alunos, relativamente à Lenda, com o texto lido. De seguida os alunos responderão a algumas perguntas de escolha múltipla relativamente à compreensão do texto – página 141 do manual. (Cf. Anexo XIV) A correção deverá ser feita em grande</p>	
--	--	--	--	--

		<p>verbos). (MF 99)</p>	<p>grupo.</p> <p>Por fim, os alunos deverão ler em voz alta o texto intitulado “A lenda dos nove irmãos”, cada aluno lerá um parágrafo.</p> <p>Tarefa 4:</p> <p>Os alunos resolvem três exercícios de CEL, de acordo com o sentido do texto, relativos à classe dos Verbos e dos Nomes – página 142, exercícios 1, 2 e 3. (Cf. Anexo XV. Esta tarefa é realizada em trabalho de pares e tem a duração de cinco minutos. De seguida, a estagiária corrige os exercícios, em conjunto com a turma.</p>	
--	--	-------------------------	--	--

			<p>Tarefa 5:</p> <p>Os alunos visionam o registo vídeo “Ouvir paisagens dos Açores” e tomam notas. De seguida, em trabalho de pares, apresentam as suas opiniões acerca da importância de atividades como a descrita no vídeo. De seguida, a pares, confrontam as tomadas de notas e trocam ideias. Por fim, um aluno por par sintetiza a informação e apresenta à turma.</p>	
<p>Sumário: Leitura, compreensão e análise do texto: “A lenda dos nove irmãos”.</p> <p>Cel – exercícios de consolidação (Verbo; Nomes)</p> <p>Atividade de expressão oral.</p>				
<p>Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Computador; ✓ Data show; ✓ Manual de Língua Portuguesa, “Dito e Feito” – 5.º ano; ✓ Caderno diário; 				

- ✓ Lápis;
- ✓ Colunas.

Bibliografia:

SILVA, P. et al (2011). *Dito e Feito – Língua Portuguesa 5º ano*. Porto : Porto Editora.

Departamento Curricular/Ciclo: Ciências Exatas

Disciplina: Matemática

Ano de escolaridade: 5.º Ano

Ano letivo: 2011/2012

Duração: 90'

Nome do Professor estagiário: Ana Gonçalves

Data: 9 / 3 / 2012

Turma: X

Nome do Professor Orientador Cooperante: XXXXX

Níveis de formulação de partida (pré-requisitos): Identificar e dar exemplos de múltiplos e de divisores de um número natural; Compreender que os divisores de um número são divisores dos seus múltiplos (e que os múltiplos de um número são múltiplos dos seus divisores); Utilizar estratégias de cálculo mental e escrito para as quatro operações usando as suas propriedades; Compreender, na divisão inteira, o significado do quociente e do resto; Compreender, construir e memorizar as tabuadas da multiplicação; Resolver problemas tirando partido da relação entre a multiplicação e a divisão; Compreender e usar a regra para calcular o produto e o quociente de um número por 10, 100 e 1000; Resolver problemas que envolvam as operações em contextos diversos.

Temas/Conteúdos	Ideias detetadas nos alunos	Metas de Aprendizagem (MF e MI)	Estratégias de mudança/Situações de aprendizagem	Instrumentos de avaliação
Números naturais - Números primos e compostos • Identificação e exemplificação de números primos e distinção entre números primos e números compostos		Opera com números racionais não negativos e usa as propriedades das operações. (MF14) • Distingue número primo de número composto. (MI 14.1) • Identifica números primos menores que 100. (MI 14.2)	Tarefa 1: Correção dos trabalhos de casa A estagiária perguntará aos alunos se houve dúvidas na resolução dos trabalhos de casa. Tendo em conta as dúvidas apresentadas pelos alunos, a estagiária projetará, no quadro interativo, o(s) exercício(s) onde surgiram as dúvidas e corrige-os em	Grelha de avaliação (cf. Anexo XV) 100

<p>- Decomposição em fatores primos</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Decompõe números naturais em fatores primos. (MI 14.3) 	<p>grande grupo. Os alunos, que conseguiram resolver o exercício sem dificuldade, deverão participar, explicando o método utilizado para a resolução do exercício. Deverão ser, ainda, realizadas as questões que sucediam o crivo de Eratóstenes. Estas serão realizadas oralmente, em grande grupo.</p> <p>Tarefa 2: Introdução ao tema “Decomposição de números em fatores primos”.</p> <p>A estagiária apresentará, no quadro, uma tarefa. (cf. Anexo VII)</p> <p>De seguida, fornecerá a cada aluno a tarefa apresentada e questões complementares. Inicialmente, os alunos deverão resolver, a pares, as</p>	
--	--	--	--	--

			<p>questões 1 e 2 que serão corrigidas pela estagiária, no quadro interativo, com o auxílio dos alunos.</p> <p>Na exploração da tabela, a estagiária chamará a atenção para os números que têm um número ímpar de divisores e a sua qualidade de quadrados perfeitos. Após esta discussão os alunos deverão resolver as questões seguintes.</p> <p>Posteriormente serão discutidas estas questões e sintetizados aspetos relativos à decomposição de um número em fatores primos.</p> <p>É esperado que, na questão 5, os alunos conclua que obtêm sempre um produto com os mesmos fatores primos, independentemente da ordem por que multipliquem os números.</p>	
<p>Sumário: Continuação do assunto da aula anterior.</p>				

Correção dos trabalhos de casa.

Tarefa 9: Noção de número primo e números compostos.

Recursos:

- ✓ Computador;
- ✓ Data show;
- ✓ Caderno diário;
- ✓ Lápis.

Departamento Curricular/Ciclo: Ciências Exatas

Disciplina: Ciências da Natureza

Ano de escolaridade: 5.º Ano

Ano letivo: 2011/2012

Duração: 90'

Nome do Professor estagiário: Ana Gonçalves

Data: 4/ 5/ 2012 **Hora:** 9H00 às 10H30

Turma: X

Nome do Professor Orientador Cooperante: XXXXX

Níveis de formulação de partida (pré-requisitos):

1. REALIZAR EXPERIÊNCIAS COM ALGUNS MATERIAIS E OBJECTOS DE USO CORRENTE (sal, açúcar, leite, madeira, barro, cortiça, areia, papel, cera, objetos variados...)

- Comparar alguns materiais segundo propriedades simples (forma, textura, cor, sabor, cheiro...).
- Agrupar materiais segundo essas propriedades.

2. REALIZAR EXPERIÊNCIAS COM A ÁGUA

- Identificar algumas propriedades físicas da água (incolor, inodora, insípida).
- Verificar experimentalmente o efeito da água nas substâncias (molhar, dissolver, tornar moldável...).

• Reconhecimento e observação de fenómenos:

- de condensação (nuvens, nevoeiro, orvalho);
- de solidificação (neve, granizo, geada);
- de precipitação (chuva, neve, granizo).

• Realização de experiências que representem fenómenos de:

- evaporação;
- condensação;
- solidificação;
- precipitação.
- Compreensão de que a água das chuvas se infiltra no solo dando origem a lençóis de água.
- Reconhecimento de nascentes e cursos de água.

REALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS COM ALGUNS MATERIAIS E OBJECTOS DE USO CORRENTE

(sal, açúcar, leite, madeira, barro, rochas, cortiça, areia, papel, cera, objetos variados...)

- Classificação dos materiais em sólidos, líquidos e gasosos segundo as suas propriedades.
- Observação do comportamento dos materiais face à variação da temperatura (fusão, solidificação, dilatação...).
- Realização de experiências que envolvam mudanças de estado.

Temas/Conteúdos	Ideias detetadas nos alunos	Metas de Aprendizagem (MF e MI)	Estratégias de mudança/Situações de aprendizagem	Instrumentos de avaliação
<p>Tema III - A ÁGUA, O AR, AS ROCHAS E O SOLO: - MATERIAIS TERRESTRES SUPORTES DA VIDA</p> <p>Unidade 1 - Importância da água para os seres vivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distribuição da água na natureza • A água importante componente dos seres vivos • A água como solvente - Diversidade de materiais dissolvidos na água. 	<ul style="list-style-type: none"> • A percentagem de água no corpo humano é de “25 %”. • A percentagem de água no corpo humano é de “50 %”. • “Eu acho que [a água] não sai do nosso corpo.” • “A água não sai do nosso corpo.” • “Depende, se a água estiver contaminada sai na forma de urina.” • “Sim, ela [a água] volta a sair pela urina.” 	<p>O aluno reconhece e interpreta a diversidade de ambientes, seres vivos, materiais e fenómenos existentes na Terra, alguns deles essenciais para a vida. (MF2)</p> <p>*O aluno demonstra pensamento científico (prevendo, experimentando,...) verificando que fatores (temperatura, agitação, estado de divisão, massa, ...) podem influenciar o tempo de dissolução de diferentes materiais em diversos solventes e qual o efeito da variação de cada um deles.</p> <p>O aluno reconhece e sistematiza o papel da Ciência e da Tecnologia na exploração e transformação dos recursos hídricos e geológicos, os impactes dessa exploração e transformação e lista medidas para a preservação desses recursos. (MF 7)</p>	<p>Inicialmente, um aluno deverá dirigir-se ao quadro para abrir a lição e escrever o respetivo sumário.</p> <p>Tarefa 1: Importância da água para os seres vivos</p> <p>Para introduzir o tema em questão, a estagiária projeta um vídeo. (Cf. Anexo I)</p> <p>Após a visualização do vídeo, a estagiária promoverá um diálogo de modo a que os alunos discutam acerca do que observaram. Mas, antes disso, batizará o boneco do vídeo como o “H₂O”, e questiona os alunos se sabem o porquê deste nome.</p>	<p>Registo da participação nas atividades de avaliação (Cf. Anexo a)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, sai [a água] quando nós estamos suados.” • “Quando se bebe água a mais essa água sai pelo chichi.” • “Sim, ela sai quando nós urinamos e quando nós soamos.” • “Não porque o corpo fica com a água.” • “Existe água poluída porque nós não utilizamos a água com as devidas condições.” • “ [Existe água poluída] porque as pessoas despejam os esgotos no rio.” • “Existe água poluída pois o ser humano muitas vezes não cumpre as regras do 	<p>*O aluno discute a necessidade de utilização dos recursos hídricos e geológicos de uma forma sustentável. (MI)</p>	<p>Questões de orientação do diálogo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendendo ao que observaram, do que iremos falar nas próximas aulas? • O que vos transmitiu este vídeo? • A água é importante para os seres vivos? Porquê? • O H₂O subiu à montanha e ficou diferente. O que lhe terá acontecido? • Depois entrou para a panela e não o vimos mais, o que lhe terá acontecido? • E depois foi para as nuvens e voltou a aparecer, porquê? • Vamos imaginar que o H₂O entrava num copo com açúcar. O que lhe aconteceria? • Como vocês viram, o H₂O era todo constituído por água. E nós, os seres humanos, será que também temos água na nossa constituição? Em todo o corpo, como o H₂O? <p>A estagiária projeta o esquema</p>	
--	--	---	--	--

	<p>meio ambiente e polui.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Na minha opinião existe água poluída porque há pessoas que deitam lixo para a água.” • “ [É importante poupar água] porque ela é importante.” • “ [É importante poupar água] porque muita gente morre à sede.” • “ [É importante poupar água] porque senão não vamos ter água no planeta.” • “É importante poupar água porque se não a água pode3 acabar e nós não sobrevivemos sem água.” • “Sim, a água pode 		<p>presente na página 40, referente à percentagem de água presente em diferentes organismos e prossegue à análise do mesmo, em grande grupo. No decorrer da análise, surgirão as perguntas 1 e 2 que deverão ser respondidas, igualmente, em grande grupo. As respostas surgirão no PowerPoint após a participação oral dos alunos. Os alunos deverão registá-las no caderno diário. (Cf. Anexo II)</p> <p>De seguida, os alunos deverão abrir o manual, e prosseguir com a leitura das páginas 41 e 42, oralmente. (Cf. Anexo III) No decorrer da leitura será feita uma análise, em grande grupo.</p> <p>Após a leitura da página 41 a estagiária fará algumas questões de consolidação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como obtemos a água que o nosso organismo contém? 	
--	---	--	--	--

	<p>acabar no nosso planeta.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • “A água não pode acabar porque o rio desagua no mar e evapora. O sal fica no mar e só sobe a água doce.” • “Sim [a água pode acabar] porque há gente que deixa a torneira aberta e gastam 5 l a tomar banho.” • “Não [a água não pode acabar].” • “Sim, todos os seres humanos [têm acesso a água própria para beber].” • “Sim, todos os seres humanos têm acesso a água poluída.” • “Sim, tem acesso a água doce, salgada, 		<ul style="list-style-type: none"> • E de que forma a libertamos? <p>No decorrer destas questões, a estagiária registrará no quadro, em forma de síntese, as ideias principais.</p> <div data-bbox="1393 544 1805 1161" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Como obtemos água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Água que bebemos; - Alimentos ingeridos (que contêm água na sua constituição). <p>Como libertamos água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transpiração (suor); - Respiração; - Urina; - Fezes. </div> <p>Após a leitura da página 42, os</p>	
--	---	--	---	--

	<p>potável, não potável, até os senhores do deserto têm água para beber (água não potável).</p> <ul style="list-style-type: none"> • A água que bebemos é potável [não é doce nem salgada]. 		<p>alunos deverão registrar, no caderno diário, a frase que legenda a figura 2: “As plantas obtêm água por <u>absorção</u> e perdem-na através da <u>transpiração</u>.”</p> <p>De seguida, a estagiária estabelecerá um diálogo de modo a sensibilizar os alunos para a importância do consumo de água, questionando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A água pode acabar? • Sabem quais são as consequências da falta de água? • Todos os seres humanos, animais e plantas, têm acesso a água potável? <p>Se os alunos não chegarem à resposta pretendida, a estagiária dirá que a falta de ingestão de água leva à desidratação e consequentemente, à morte. No</p>	
--	--	--	--	--

			<p>decorrer do diálogo a estagiária alertará os alunos para a importância da ingestão de cerca de 3 a 5 litros de água por dia! A estagiária apresentará, ainda, uma curiosidade, a de que o ser humano poderá aguentar 28 dias sem comer, mas aguentará apenas 3 dias sem beber água!</p> <p><u>Tarefa 2: Introdução ao tema: A água como solvente</u></p> <p>A estagiária projetará no quadro o provérbio “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, acompanhado de uma imagem. A estagiária promoverá uma discussão/diálogo até que os alunos cheguem à conclusão de que a água tem o poder de desagregar/erodir e dissolver outros materiais. (Cf. Anexo IV)</p>	
--	--	--	--	--

			<p>Posteriormente, a estagiária solicitará aos alunos que abram o manual na página 43. Esta página do manual deverá ser lida, interpretada e realizada em grande grupo. (Cf. Anexo III)</p> <p>No final da aula a estagiária distribuirá a cada aluno um “<u>diário</u>”, onde os alunos deverão fazer o registo de todas as aulas, em forma de resumo. Este registo deverá ser realizado em casa. (Cf. Anexo V)</p> <p>T.P.C. Os alunos deverão completar as páginas do caderno de registos, referentes à aula de hoje.</p>	
<p>Sumário: Introdução ao estudo da Unidade 1 do Tema III – Importância da água para os seres vivos.</p> <p>A água como solvente (introdução).</p>				

Recursos:

- ✓ Computador;
- ✓ Data Show;
- ✓ Colunas;
- ✓ Manual CSI 5 – Parte 2;
- ✓ Quadro;
- ✓ Giz;
- ✓ Cadernos de registros/diários.

Nome do Professor estagiário: Ana Gonçalves

Data: 3 /5/ 2012 **Hora:** 13H30 às 14H15

Turma: X

Nome do Professor Orientador Cooperante: XXXXX

BLOCO 3 — À DESCOBERTA DO AMBIENTE NATURAL

No 3º ano

2. ASPECTOS FÍSICOS DO MEIO LOCAL

- Distinguir formas de relevo existentes na região (elevações, vales, planícies...):
— observar diretamente e indiretamente (fotografias, ilustrações...);
— localizar em mapas.

3. ASPECTOS FÍSICOS DE PORTUGAL

- Identificar os maiores rios (Tejo, Douro, Guadiana, Mondego, Sado):
— localizar no mapa de Portugal;
— observar direta ou indiretamente (fotografias, ilustrações...).
- Identificar as maiores elevações (Pico, Serra da Estrela, Pico do Areeiro):
— localizar no mapa de Portugal;
— observar direta ou indiretamente (fotografias, ilustrações...).

BLOCO 4 — À DESCOBERTA DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE ESPAÇOS

No 4º ano

1. O CONTACTO ENTRE A TERRA E O MAR

- Localizar no mapa de Portugal.
- Localizar em mapas ilhas e arquipélagos (Açores e Madeira).
- Localizar no planisfério e no globo os continentes e os oceanos.
- Reconhecer o Oceano Atlântico como fronteira marítima de Portugal.

3. PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

- Localizar Portugal no mapa da Europa, no planisfério e no globo.

Temas/Conteúdos	Ideias detetadas nos alunos	Metas de Aprendizagem (MF e MI)	Estratégias de mudança/Situações de aprendizagem	Instrumentos de avaliação
<p>Tema B – Do século XIII à União Ibérica e Restauração (Século XVII)</p> <p>B3 – Portugal nos séculos XV e XVI</p> <p>3.2 – O Império Português no século XVI.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O arquipélago da Madeira • O arquipélago dos Açores 	<ul style="list-style-type: none"> • O arquipélago da Madeira é constituído por quatro ilhas; • O arquipélago dos Açores é constituído por sete ilhas. • O arquipélago da Madeira é constituído por sete ilhas. • O arquipélago dos Açores é constituído por quatro ilhas. • O arquipélago da Madeira é constituído por nove ilhas. 	<p style="text-align: center;">Metas finais</p> <p>O aluno utiliza unidades/convenções de datação para relacionar personalidades, acontecimentos, processos e interações significativas, referentes à vida das comunidades na Península Ibérica até ao século XII, e a Portugal desde a sua formação até finais do século XX. (MF 3)</p> <p>O aluno usa/aplica terminologia e conceitos substantivos, essenciais para a compreensão histórica, construídos ao longo da aprendizagem das temáticas em</p>	<p style="text-align: center;">Tarefa 1: Ilhas atlânticas</p> <p>Inicialmente, a professora colocará a audição da <i>lenda das sete cidades</i> (presente no cd áudio <i>Lendas</i>, da Porto Editora) (Cf. Anexo I), enquanto elemento de motivação e introdução à unidade. No final da audição, será feita uma exploração da mesma.</p> <p><u>Questões orientadoras do diálogo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual a localização espaço temporal desta lenda? • Do que trata? • A lenda conta-nos como se formaram as ilhas pertencentes ao arquipélago dos Açores. Quantas são? 	<p>Cf. ANEXO a) Grelha de Avaliação HGP</p>

		<p>estudo. (MF 9)</p> <p>O aluno compara a distribuição de diferentes fenómenos geográficos, formulando questões relevantes sustentadoras da explicação dessas diferenças. (MF 17)</p> <p>O aluno recolhe informação sobre diferentes lugares e fenómenos geográficos, mobiliza-a na construção de quadros de dados e gráficos, interpretando a informação representada. (MF 20)</p> <p>O aluno descreve a inter-relação entre lugares e regiões, em Portugal e na Península Ibérica, a partir da análise de casos concretos. (MF 23)</p>	<p>Quais os seus nomes?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portugal é constituído por uma parte continental e uma parte insular. A parte insular só é constituída pelo arquipélago dos Açores? • Quais as ilhas que constituem o arquipélago da Madeira? <p>De seguida, a professora projetará um Mapa de Portugal continental e insular (Cf. Anexo II), para que os alunos procedam à localização relativa dos mesmos. Em grande grupo, com a orientação da estagiária, os alunos deverão localizar os arquipélagos dos Açores e Madeira em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a Portugal continental; - ao continente africano; - à América do Norte. 	
--	--	---	--	--

			<p>De seguida, a professora projetará duas apresentações multimédia sobre os Açores e a Madeira (Cf. Webgrafia a) e b)). Nestas apresentações obter-se-ão as respostas corretas relativamente às questões feitas anteriormente. Esta apresentação será, também, o mote para o assunto que se segue: Relevo e Clima.</p> <p>Tarefa 2: Relevo e Clima</p> <p>No decorrer da apresentação acima referida, os alunos deverão tomar notas no caderno diário, que serão apresentadas e discutidas, posteriormente, em grande grupo.</p> <p>A Professora sugere aos alunos que abram o manual e prossigam com a leitura das páginas 151 e 153 (Cf. Anexo III).</p> <p>Por fim, será realizado, no quadro</p>	
--	--	--	--	--

			<p>da sala de aula, um esquema síntese sobre os arquipélagos.</p> <p>A professora questiona os alunos, de modo a que, em conjunto, sumariam a aula. Os alunos apresentam ideias, a professora reformula e regista no quadro, enquanto os alunos escrevem no caderno diário.</p> <p>T.P.C. Responder aos três grupos de questões apresentados na página 152 do manual (Cf. Anexo III).</p>	
<p>Sumário: Os arquipélagos atlânticos: localização e constituição.</p> <p>Principais traços morfológicos e climáticos.</p>				
<p>Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Computador; ✓ Data Show; ✓ Colunas; ✓ CD áudio; 				

- ✓ Quadro;
- ✓ Giz;
- ✓ Cadernos de registos/diários.

Anexo 2 – Pedido de autorização à direção da escola

Exma. Diretora da Escola xxxxxxxxxx

Assunto: Relatório final da Prática de Ensino Supervisionada

De acordo com a lei (decreto lei 107,2008) que regulamenta o 2º ciclo de estudos, solicito autorização para aplicar um questionário à turma do 5º C, sobre supervisão do Professor Doutor Henrique Rodrigues e da professora Lurdes Rodrigues, docente que orienta, nesta escola.

O questionário que segue, em anexo, tem apenas por finalidade a recolha de dados para caracterizar a turma em questão. Mais se informa, os dados recolhidos serão tratados de acordo com a legislação em vigor. No tratamento e nas conclusões usarei pseudónimos.

Grata pela atenção e cooperação.

Subscrevo-me com os melhores cumprimentos,

Ana Gonçalves.

Anexo 3 – Inquérito preenchido pela turma

Questionário

Dados Pessoais do Aluno:

1-	Data de nascimento: _____				
2-	Sexo:	Masculino	<input type="checkbox"/>	Feminino	<input type="checkbox"/>
3-	Naturalidade: concelho, _____ Freguesia, _____ lugar/rua _____				
4-	Residência: concelho, _____ Freguesia, _____ lugar/rua _____				

Dados Informativos do aluno:

5-	Gostas da tua escola?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
Se sim, porquê?	Gosto de estar com os meus amigos.	<input type="checkbox"/>	Gosto de estudar e aprender.	<input type="checkbox"/>	
	Gosto dos professores.	<input type="checkbox"/>	Gosto da escola, porque assim não estou em casa.	<input type="checkbox"/>	

Se não, explica porquê? _____					

6-	Frequentaste o ensino pré-primário?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
7-	Já repetiste algum ano letivo?	Sim, em que ano?	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
8-	Tens apoio pedagógico?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
9-	Tens livros em casa?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
	Se sim, quantos tens?	1 a 50	<input type="checkbox"/>	51 a 100	<input type="checkbox"/>
		101 a 500	<input type="checkbox"/>	+ de 500	<input type="checkbox"/>
10-	Dos livros que tens alguns são de história?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
11-	Gostas de história?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
12-	Quais os temas/matérias de história que mais gostas?	Ambiente natural e primeiros povos	<input type="checkbox"/>	Os Romanos na Península Ibérica	<input type="checkbox"/>
		Os muçulmanos na Península Ibérica	<input type="checkbox"/>	A formação do reino de Portugal	<input type="checkbox"/>
		Portugal no século XIII	<input type="checkbox"/>	A Revolução de 1383-1385	<input type="checkbox"/>
		Portugal nos séculos XV e XVI	<input type="checkbox"/>		

13-	Costumas ler?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
14-	Onde?	Quarto	<input type="checkbox"/>	Sala	<input type="checkbox"/>
		Biblioteca da escola	<input type="checkbox"/>	Biblioteca Municipal	<input type="checkbox"/>
		Biblioteca ambulante	<input type="checkbox"/>	Não tens um sítio específico	<input type="checkbox"/>
15-	Estudas:	Diariamente	<input type="checkbox"/>	Frequentemente	<input type="checkbox"/>
		Quando gosto da matéria	<input type="checkbox"/>	Nas vésperas dos testes	<input type="checkbox"/>
		Raramente	<input type="checkbox"/>	Nunca	<input type="checkbox"/>
16-	Tens alguém que te ajude no estudo?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
17-	Costumas conversar em casa sobre a escola e os estudos?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
18-	As conversas sobre a escola, em casa são:	Todos os dias	<input type="checkbox"/>	Só ao fim de semana	<input type="checkbox"/>
		Quando tenho testes	<input type="checkbox"/>	Só no final do período	<input type="checkbox"/>
		Só no final do ano letivo	<input type="checkbox"/>	Só quando faço asneiras	<input type="checkbox"/>
Dados informativos sobre história. Escolhe a opção ou opções corretas, colocando um X					

19-	Portugal foi pioneiro na Expansão Marítima?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>
20-	Dos seguintes nomes, seleciona aqueles que estiveram ligados à expansão marítima portuguesa.	D. João I	<input type="checkbox"/>	Infante D. Henrique	<input type="checkbox"/>
		Bartolomeu Dias	<input type="checkbox"/>	D. João I de Castela	<input type="checkbox"/>
		D. Afonso V	<input type="checkbox"/>	Diogo Álvares Correia	<input type="checkbox"/>
		Gil Eanes	<input type="checkbox"/>	Vasco da Gama	<input type="checkbox"/>
		D. Afonso Henriques	<input type="checkbox"/>	D. Dinis	<input type="checkbox"/>
		Conde de Andeiro	<input type="checkbox"/>	D. João IV	<input type="checkbox"/>
21-	Onde se localiza o arquipélago da Madeira?	Oceano Atlântico	<input type="checkbox"/>	Oceano Pacífico	<input type="checkbox"/>
22-	Onde se localiza o arquipélago dos Açores?	Oceano Atlântico	<input type="checkbox"/>	Oceano Pacífico	<input type="checkbox"/>
23-	Por quantas ilhas é constituído o arquipélago da Madeira?	Quatro	<input type="checkbox"/>	Duas	<input type="checkbox"/>
		Sete	<input type="checkbox"/>	Nove	<input type="checkbox"/>

24-	Por quantas ilhas é constituído o arquipélago dos Açores?	Quatro	<input type="checkbox"/>	Duas	<input type="checkbox"/>
		Sete	<input type="checkbox"/>	Nove	<input type="checkbox"/>
25-	Seleciona os produtos cultivados na Madeira, na época da expansão.	Trigo	<input type="checkbox"/>	Plantas tintureiras	<input type="checkbox"/>
		Milho	<input type="checkbox"/>	Vinha	<input type="checkbox"/>
		Cana-de-açúcar	<input type="checkbox"/>		
27-	Seleciona os produtos cultivados nos Açores, na época da expansão.	Cana-de-açúcar	<input type="checkbox"/>	Trigo	<input type="checkbox"/>
		Cereais	<input type="checkbox"/>	Plantas tintureiras	<input type="checkbox"/>
		Milho	<input type="checkbox"/>		
28-	O que entendes por colonização? Seleciona a opção que te parece mais correta.	Invasão e destruição de terras	<input type="checkbox"/>	Povoamento e exploração de novas terras	<input type="checkbox"/>
		Abandonar terras	<input type="checkbox"/>	Doar terras	<input type="checkbox"/>

29-	Indica os continentes explorados e conquistados pelos portugueses.	África	<input type="checkbox"/>	Europa	<input type="checkbox"/>
		Ásia	<input type="checkbox"/>	Antártida	<input type="checkbox"/>
		Oceânia	<input type="checkbox"/>	América	<input type="checkbox"/>
30-	Aponta os produtos existentes em África?	Ouro	<input type="checkbox"/>	Pimenta	<input type="checkbox"/>
		Canela	<input type="checkbox"/>	Malagueta	<input type="checkbox"/>
31-	Em que ano chegaram os portugueses ao Brasil?	1400	<input type="checkbox"/>	1500	<input type="checkbox"/>
		1492	<input type="checkbox"/>	1510	<input type="checkbox"/>
32-	Indica os principais pontos de embarque para o Brasil naquela época.	Lisboa	<input type="checkbox"/>	Porto	<input type="checkbox"/>
		Póvoa de Varzim	<input type="checkbox"/>	Viana do Castelo	<input type="checkbox"/>
32.1-	Em Viana do Castelo podemos encontrar várias estátuas/bustos de colonizadores do Brasil. Quem são eles?	Diogo Álvares Correia (Caramuru)	<input type="checkbox"/>	Bartolomeu Dias	<input type="checkbox"/>

		Gil Eanes	<input type="checkbox"/>	Pero do Campo Tourinho	<input type="checkbox"/>
33-	Houve partilha de culturas entre os portugueses e os outros povos?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>